

O COLÉGIO DA TRINDADE

JOÃO GABRIEL SILVA
VÍTOR MURTINHO
MANUEL AIRES MATEUS
RUI MANUEL DE FIGUEIREDO MARCOS
ANA RAQUEL GONÇALVES MONIZ

O COLÉGIO DA TRINDADE



COIMBRA
2018



SAPIENTIA FILIIS SVIS VITAM INSTRUAT. Ecclesia CT. 4

TÍTULO
O COLÉGIO DA TRINDADE

AUTORES
João Gabriel Silva
Vitor Murtinho
Manuel Aires Mateus
Rui Manuel de Figueiredo Marcos
Ana Raquel Gonçalves Moniz

IMAGEM DE CAPA
Nelson Garrido

IMAGENS DA OBRA
João Rijo Madeira
Nelson Garrido
Paulo Amaral
Vitor Murtinho

DESIGN E EXECUÇÃO GRÁFICA
Ana Paula Silva

DEPÓSITO LEGAL
000 000 000

2018
FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA









Inauguração

Casa da Jurisprudência

Colégio da Trindade

25 de outubro, 11 horas

Programa

Sessão solene

João Gabriel Silva

Reitor da Universidade de Coimbra

Rui de Figueiredo Marcos

Diretor da Faculdade de Direito da
Universidade de Coimbra

António Costa

Primeiro Ministro da República Portuguesa

Visita guiada ao colégio

O Colégio da Trindade começou a ser
construído na Alta Universitária em 1562
para servir a Ordem da Santíssima Trindade.

Durante anos, após a extinção das ordens
religiosas, teve várias ocupações – quartel,
colégio, habitação, sede da AAC, comércio
e serviços, entre outras utilizações.

As obras de recuperação decorreram entre
2014 e 2017 e o projeto tem a assinatura
dos arquitetos Aires Mateus.

A "Casa da Jurisprudência" da Faculdade
de Direito da Universidade de Coimbra vai
ocupar o espaço, abrindo portas ao ensino
e à investigação jurídica.



UNIVERSIDADE
DE COIMBRA



mais
CENTRO

QR
EN





UNIVERSIDADE DE COIMBRA

O Reitor da Universidade de Coimbra e o Diretor da Faculdade de Direito
têm a honra de convidar V. Exa para a cerimónia de inauguração
da Casa da Jurisprudência no Colégio da Trindade
que terá lugar no próximo dia 25 de outubro, pelas 11 horas.

A cerimónia conta com a presença
de Sua Excelência o Primeiro-Ministro de Portugal.

Paço das Escolas, 20 de outubro de 2017

mais
CENTRO
Programa Operacional Regional do Centro

QR
EN
QUADRO DE REFERÊNCIA
ESTRATÉGICO
NACIONAL
2014-2020



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional

A INAUGURAÇÃO DA CASA DA JURISPRUDÊNCIA NO COLÉGIO DA TRINDADE

ANA RAQUEL GONÇALVES MONIZ
Subdirectora da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra



A INAUGURAÇÃO DA CASA DA JURISPRUDÊNCIA NO COLÉGIO DA TRINDADE

ANA RAQUEL GONÇALVES MONIZ

Subdirectora da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

*Non est igitur magnum bonum, inchoare quod bonum est; sed consummare hoc solum perfectum est. Multi enim multa aggrediuntur, sed deficiunt in via: multi exeunt in desertum, sed pauci perveniunt ad terram promissionis*¹.

O dia 25 de Outubro de 2017 representou um marco relevantíssimo para a reabilitação do património da Alta universitária e para o desenvolvimento da investigação na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Em dia propício, congregaram-se a *auctoritas* académica, a *potestas* governamental e a *ars* arquitectónica para inaugurar oficialmente o Colégio da Trindade | Casa da Jurisprudência. Epitomar o complexo processo que conduziu a esta realidade constituiria tarefa desajustada a estas palavras que, com o propósito de intertextualidade, pretendem localizar (no espaço e no tempo) os contributos maiores constantes desta obra. E fazêmo-lo sob o signo da virtude que mais transparece no processo que conduziu ao erigir deste *magnum opus*: a perseverança — na elaboração e aprovação do projecto, nos meandros da burocracia (nem sempre iluminada — ou raramente... — pela «inteligência do agir administrativo»²), nas dificuldades técnicas suscitadas pela obra, nos obstáculos à sua finalização e inauguração.

¹ Santo AGOSTINHO, «Sermo VIII: De Perseverantia», in: *Sancti Aurelii Agostini Hipponensis Episcopi Opera Omnia*, tomo VI, Gaume Frates, Bibliopolas, Paris, 1837, col. 1824.

² À „Klugheit” des *Verwaltungshandelns* refere-se a doutrina alemã (cf. HOFFMANN-RIEM, «Eigenständigkeit des Verwaltungsrechts», in: HOFFMANN-RIEM/SCHMIDT-ASSMANN/VOSSKUHL, *Grundlagen des Verwaltungsrechts*, 2.^a ed., vol. I, Beck, München, 2012, p. 705; cf. também PITSCHAS, «Maßstäbe des

1. O projecto e a obra

Reerguer o Colégio da Trindade constituiu um desafio artístico e técnico — como nos desvelam os textos de Aires Mateus e Vítor Murtinho. A mestria do projecto consiste na releitura actualizada do edifício original e na sua integração no conjunto arquitectónico do Paço das Escolas. A continuidade visual entre o Pátio da Universidade e o telhado do Colégio transmite uma sensação [e “a sensação é tudo (...) mas não necessariamente a sensação das coisas como são, antes das coisas conforme são sentidas”³] antitética de proximidade e distância — entre o prolongamento do lajedo e o (aparente) afastamento (a roçar a intocabilidade) da curva do Mondego. A reconfiguração da silenciosa capela em imponente auditório, dos tranquilos claustros em luminoso vestíbulo, dos dormitórios em sóbrios

Verwaltungshandeln», in: HOFFMANN-RIEM/SCHMIDT-ASSMANN/VOSSKUHLE, *Grundlagen des Verwaltungsrechts*, 2.^a ed., vol. II, Beck, München, 2012, p. 1720 e s.). O conceito aponta para a primazia dos princípios e do conhecimento sobre a adopção de práticas rotineiras, sem qualquer suporte de razoabilidade ou de juridicidade.

³ Fernando PESSOA, *Páginas Íntimas e de Auto-Interpretação*, Ática, Lisboa, 1996, p. 349 (a propósito de Álvaro de Campos e o seu confronto com os demais heterónimos, sob a óptica do sensacionismo).



gabinetes de trabalho demonstra, com uma nitidez fulgurante, o engenho e a arte imprescindíveis à execução da tarefa verdadeiramente criativa em que a recuperação do património histórico se consubstancia.

O sentido profundo da intervenção arquitectónica empreendida no Colégio da Trindade, o contraste entre sombra e luz, entre o negro e o branco, a harmonização da arte com a técnica, o diálogo entre a constância do passado, a vertigem do presente e o enigma do futuro, a conciliação do valor estético com a pragmática *utilitas* — todos estas dimensões despontam na elegante análise vertida no texto do Vice-Reitor e Arquitecto Vítor Murtinho. Entre a narração factual que conduziu à conclusão da obra e a reflexão primorosa sobre a reinvenção do espaço no tempo são-nos desvelados os aspectos mais notáveis do renovado Colégio da Trindade.

2. Intermezzo: a Sessão Solene dos 150 Anos da Abolição da Pena de Morte em Portugal

Ao Colégio da Trindade afluíram, pela primeira vez, as personalidades mais relevantes do panorama académico, jurídico e político nacional, para a Sessão Solene comemorativa dos 150 anos da abolição da pena de morte para os crimes civis em Portugal. Sob o alto patrocínio do Presi-





pela disposição estética dos diversos *mobilia*. Sob o olhar, simultaneamente firme e emocionado, de um retrato de Nossa Senhora da Conceição (na realidade, um óleo sobre madeira, cedido pela Fundação Rangel de Sampaio) sobressaía o fundo da sala, onde outrora estaria localizado o calvário do altar-mor. À boca de cena, o Reitor assomava numa cátedra setecentista (gravada com a significativa data de 1772...), ladeado pelo Primeiro-Ministro e pelo Director da Faculdade de Direito. De um e outro lado, os nossos Mestres, as mais destacadas autoridades civis e o Arquitecto Aires Mateus. Ao fundo, a presença dos Estudantes da Faculdade de Direito manifestava a comunhão entre Mestres e Discípulos, a relação cúmplice entre Professores e Estudantes, e que constitui, a final, a *ratio essendi* da Universidade.

Dos discursos então proferidos publicam-se as intervenções do Reitor da Universidade de Coimbra, João Gabriel Silva, e do Director da Faculdade de Direito, Rui de Figueiredo Marcos.

O discurso reitoral anuncia uma das marcas mais interessantes do seu mandato: a *constans et perpetua voluntas ius suum cuique tribuendi* — a qual

dente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, e acompanhado da exposição *Condemnados à Pena Última*, foi o primeiro acto solene a decorrer na nova Casa da Jurisprudência, no dia 5 de Julho de 2017. Neste contexto, proferiram-se elevados discursos, havendo-se sucedido as palavras bem timbradas do Reitor da Universidade de Coimbra, João Gabriel Silva, do Provedor de Justiça, José Francisco de Faria Costa, do Director da Faculdade de Direito, Rui de Figueiredo Marcos, da Ministra da Justiça, Francisca Van Dunem, e do Presidente da República.

3. O dia da inauguração do Colégio da Trindade: da história ao presente

Completada a magnífica obra, foi o Colégio da Trindade inaugurado no dia 25 de Outubro de 2017, numa Sessão Solene, presidida pelo Reitor da Universidade de Coimbra, João Gabriel Silva, na presença do Primeiro-Ministro, António Costa, e do Director da Faculdade de Direito, Rui de Figueiredo Marcos.

A grandiosidade do Colégio rejubilou com a abertura das suas portas à brisa amena dos estudos jurídicos que já lhe se adivinhavam. A cerimónia decorreu na antiga Capela do Colégio da Trindade, cujo restauro surgiu valorizado



se reconduz, na tradição jurídico-romanística, à essência da justiça⁴. Além disso, João Gabriel Silva não ficou insensível perante o circunstancialismo espaço-temporal em que ocorreu a cerimónia de inauguração: na aurora (de esperança?) que sobreveio à tragédia em que o País se vira mergulhado não muito tempo antes, cuja fúria assoladora havia devastado florestas e colhido vidas — “como a bonina cortada pelo gume da charrua [que] languesce e morre”, se o quiséssemos dizer com a imagem de Virgílio⁵. A (re)tematização dos problemas suscitados pela organização administrativa — e, muito especialmente, pelo reconhecimento (absolutamente imprescindível nos termos hodiernos) da importância dos fenómenos de «descentração» do poder — surge versada de forma expressiva pela intervenção reitoral, mobilizando a(s) experiência(s) passada(s), também no âmbito do ensino superior, para sugerir a conformação de práticas futuras.

Tomou a palavra Rui de Figueiredo Marcos, acompanhado pela eloquência e pela chama resplandecente que nunca o abandonam. Aliando a condição de Director da Faculdade de Direito e de *caput scholae* em exercício das Ciências Jurídico-Históricas, Rui de Figueiredo Marcos traça, em pinceladas bem apuradas, a história do edifício. Não sem refletir nas suas potencialidades futuras, revelando os propósitos — que impôs a si próprio — de conciliar teoria e prática, o Instituto Jurídico e a Escola da Jurisprudência (e ainda a Biblioteca), à luz do *ex libris* “trindade na unidade e unidade na trindade”. Poder-se-iam atribuir ao Doutor Rui de Figueiredo Marcos, nas suas vestes de Diretor, as palavras do «homem do leme» de Fernando Pessoa⁶: “Aqui ao leme sou mais do que eu”. E, por isso, a vontade inexpugnável que o comanda (que o ata ao leme), se não é a vontade de El-Rei D. João II, é, certamente, o interesse público superior da Universidade de Coimbra e da sua Faculdade de Direito.

⁴ Assim se inicia o *Corpus Iuris Civilis* de Justiniano (cf. I, 1, 1, pr.), numa formulação que repete a fórmula de ULPIANUS (D. 1, 1, 10, pr.), que elige o *suum cuique tribuere* como um dos *iuris praecepta* (a par de *honeste vivere* e *alterum non laedere*) (D. 1, 1, 10, 1).

⁵ Publius VIRGILIUS Maro, *Æneis*, Livro IX, versos 435 e seguinte (traduzido livremente do original: “*purpureus veluti cum flos succis aratrolanguagescit moriens*”).

⁶ Referimo-nos, como logo se compreende, ao Poema *Mostrengo*, constante da Segunda Parte (Mar Português) de *Mensagem* (cf., v. g., Fernando PESSOA, *Mensagem*, Angelus Novus Editora, Braga, 1994, pp. 79 e s.).

4. O futuro da Casa da Jurisprudência

O Colégio da Trindade | Casa da Jurisprudência destina-se a albergar dois importantes centros nevrálgicos da Faculdade de Direito: a Escola de Jurisprudência e o Instituto Jurídico. Dir-se-ia que, cem anos volvidos, a Universidade de Coimbra rejuvenesce alguns traços da reforma da I República, conferindo-lhe um novo fôlego e insuflando-a de molde a (cor)responder aos desafios do (terceiro) milénio.

A concertação entre a investigação doutrinal e a reflexão sobre os casos jurisprudenciais recupera o propósito que, há pouco mais de cem anos, vicejava na Faculdade de Direito, em consequência da reforma do ensino jurídico de 1911, realizada pelo Decreto com força de lei de 18 de Abril de 1911⁷. Esta última, aliás, coincidiu, na sua quase totalidade, com o projecto apresentado pelo Conselho da Faculdade de Direito⁸, reconhecendo-se político-legislativamente a qualidade científica da reforma e o indeclinável merecimento da Comissão pela mesma responsável (constituída por Machado Villela, José Alberto dos Reis, Lobo de Ávila Lima e, mais tarde, também Marnoco e Souza)⁹. Além da introdução de novas matérias no leque das ca-

⁷ Publicado in: *Diário do Governo*, n.º 91, 20.04.1911, pp. 1601 e ss..

⁸ *Projecto da Reforma dos Estudos da Faculdade de Direito (Aprovado em Conselho da Faculdade de 27 de Março de 1911)*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1911.

⁹ Para tanto contribuiu o facto de a Faculdade de Direito, na sequência da dotação financeira que lhe foi privativamente atribuída (em virtude da consagração da autonomia universitária de 1907), haver enviado, em missão científica no estrangeiro, Marnoco e Souza e Alberto dos Reis. Esta missão traduzir-se-ia, mais tarde, na publicação de um relatório: Marnoco e SOUZA/Alberto dos REIS, *O Ensino Jurídico na França e na Itália: Relatório*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1910.

Em 1910, a Faculdade de Direito confiou a Machado Villela uma nova missão científica no estrangeiro, que, embora não se traduzindo na elaboração de um relatório, se encontra documentada no questionário enviado às Universidades estrangeiras que visitou e no relato efectuado em Conselho Científico. Concorrendo para as investigações sobre a história da reforma de 1911, Almeida Costa viria a publicar no *Boletim* o referido questionário remetido a cerca de cento e cinquenta escolas jurídicas, acompanhado do ofício assinado pelo Reitor da Universidade de Coimbra: cf. Almeida COSTA, «Recordando um Inquérito sobre a Organização dos



deiras ministradas, de alterações na relação pedagógica (mas agora também dialógica) entre docente e discente, das modificações no plano da avaliação, e da instilação de ângulos inovadores no tocante à formação, recrutamento e carreira académica dos Professores de Direito, a reforma preconizou a importância de associar a teoria e a prática, o ensino e a investigação. Em consequência dos desafios colocados pelas críticas severas e crudelíssimas dirigidas ao ensino jurídico da nossa Faculdade, tornou-se premente a adopção de novas metodologias pedagógicas, que associavam a exposição (professada nas lições magistrais) e a prática jurisdicional real (apresentada nos cursos práticos). Esta última nota permite avançar para o (primeiro) nascimento do Instituto Jurídico, que ocorre também neste horizonte (material e temporal). Em consonância, o surgimento do *Boletim da Faculdade de Direito* assumiu historicamente a missão complexa e arrojada de divulgar textos jurisprudenciais acompanhados de uma nota crítica, resultados da investigação dos professores, bem como trabalhos (oriundos, designadamente, do Instituto Jurídico) e exercícios práticos dos estudantes.

Ademais, a inauguração do Colégio da Trindade apresenta uma relação directa com a criação da *Escola de Jurisprudência* no seio da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, uma das linhas estratégicas do programa do Director da Faculdade de Direito, Rui de Figueiredo Marcos. Também agora (e sobretudo hoje), pretende-se associar à ineliminável dimensão teórica do Direito a perspectiva prática que decorre da jurisprudência judicial. Adoptando o *case method*, a instituição daquela *Escola* visa a disquisição do direito a partir da análise de casos da jurisprudência, fornecendo aos estudantes uma visão da experiência dos tribunais nos diversos ramos jurídico-dogmáticos, preparando-os quer para o exercício das profissões forenses, quer para o desenvolvimento de actividades de investigação de alto nível. A primeira iniciativa desta *Escola* consiste na criação do *Curso de Jurisprudência*, concebido como curso de especialização (no quadro geral dos cursos não conferentes de grau), e que recebeu os aplausos dos corpos académicos da Faculdade de Direito. O *Curso* proporcionará aos auditores uma visão da experiência dos tribunais nas mais diversas áreas do direito.

Estudos Jurídicos», in: *Boletim da Faculdade de Direito*, vol. XL, 1964, pp. 203 e ss. (sintomaticamente, a carta reitoral e o questionário estão redigidos em língua francesa).

V., sobre toda esta matéria, Almeida COSTA, «O Ensino do Direito em Portugal no Século XX (Notas sobre as Reformas de 1901 e de 1911)», in: *Boletim da Faculdade de Direito*, vol. XXXIX, 1963, pp. 56 e s., com indicação pormenorizada de todas as fontes.

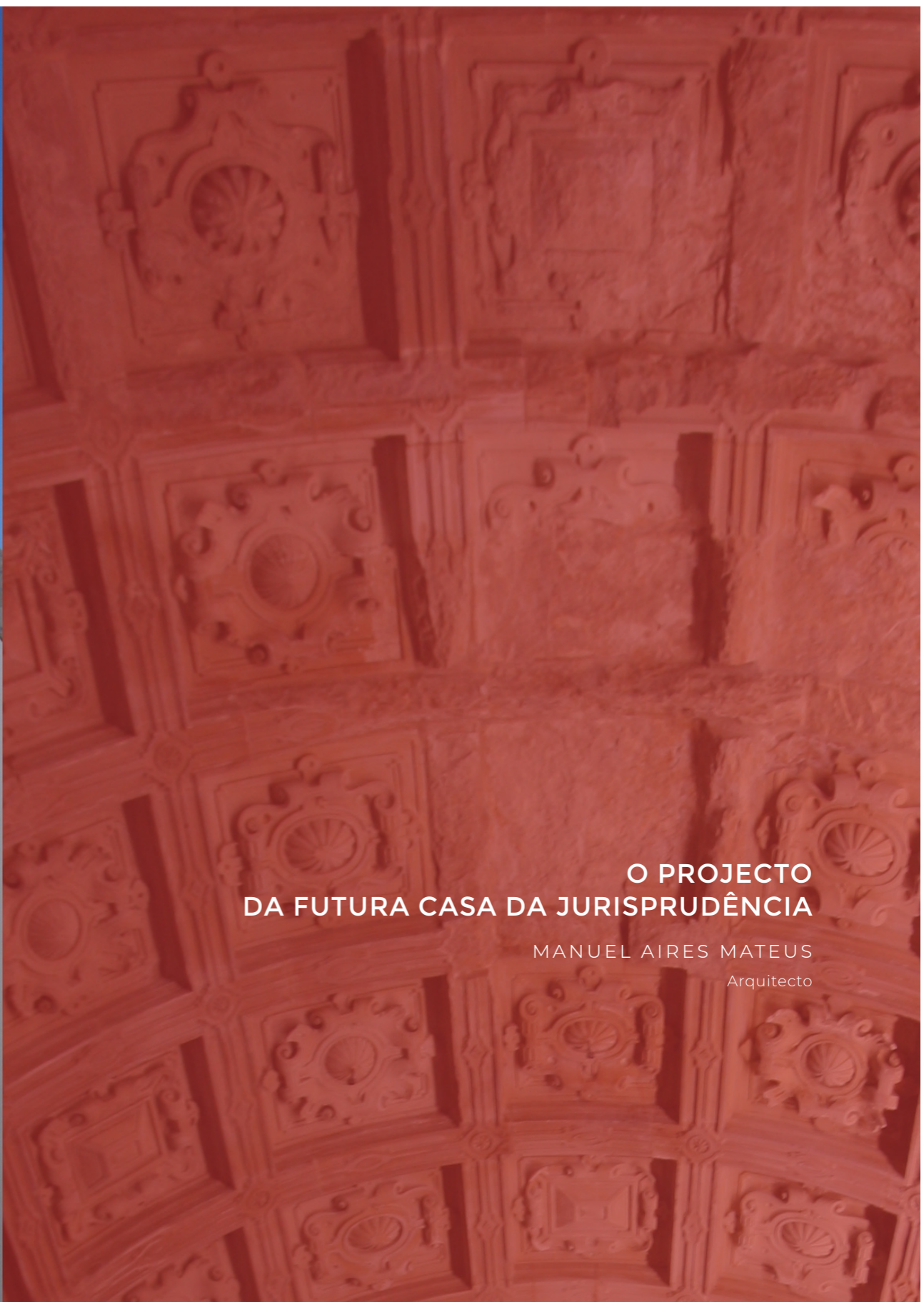
A conjugação entre dogmática e jurisprudência, entre investigação e prática, constitui uma presença diuturna no trabalho da Faculdade. Como adverte Rui de Figueiredo Marcos¹⁰, este *modus essendi* da nossa Casa encontra-se hoje espelhado na própria Biblioteca: a investigação jurídica está muito longe de se esgotar numa exegese analítica de textos autoritariamente impostos (pré-postos) pelo legislador democraticamente legitimado; diversamente, exige uma formação complexa (do “jurista integral”) que inclui, além de conhecimentos de filosofia, de história, de ciência política, de economia, de teologia, de sociologia, de ciências sociais (em geral)¹¹ ou mesmo de ciências naturais, elementos de doutrina e de jurisprudência. Porque a verdadeira produtividade da investigação universitária não se encontra na quantidade: advertia já Cervantes, através de D. Quixote, que “há quem faça e dê a lume livros como se fossem filhoses”¹². Diversamente, a instalação da Casa da Jurisprudência no Colégio da Trindade determinará a propagação, no futuro, das sementes lançadas, desde há muito, pela dinastia ilustre dos nossos Mestres.

¹⁰ Rui de Figueiredo MARCOS, *A Biblioteca da Faculdade de Direito de Coimbra: Memória e Sentido*, s. n., Coimbra, 2012, p. 51.

¹¹ Salientando, justamente à época da fundação da nossa Biblioteca, o relevo das ciências sociais para o estudo e ensino do direito, v. Marnoco e SOUZA/Alberto dos REIS, *A Faculdade de Direito e o seu Ensino*, França Amado Editor, Coimbra, 1907, pp. 1 e ss., 123 e ss.; os mesmos Autores não deixam de advertir para o carácter pioneiro das reformas operadas na Faculdade de Direito onde, logo em 1886, nos alvares da afirmação das ciências sociais, em geral, e da sociologia, em particular, se introduzia uma cadeira de *Princípio fundamentais de sociologia e filosofia do Direito* — *Quadro sinóptico das disciplinas jurídicas* (Op. cit., p. 114).

¹² Miguel de CERVANTES, *D. Quixote de La Mancha*, versão de Aquilino RIBEIRO, Bertrand, s.n., 2000, p. 427.





O PROJECTO
DA FUTURA CASA DA JURISPRUDÊNCIA

MANUEL AIRES MATEUS
Arquitecto



O PROJECTO DA FUTURA CASA DA JURISPRUDÊNCIA

MANUEL AIRES MATEUS
Arquitecto

O projecto da futura Casa da Jurisprudência reabilita o Colégio da Trindade. Iniciado no século XVI e tendo ao longo do tempo múltiplas utilizações que legaram cicatrizes, no romper do século XXI o seu estado de degradação era muito acentuado.

A intervenção no edifíciourgia e o seu valor patrimonial exigia uma utilização pública. Entre a tipologia conventual original e a futura Casa da Jurisprudência, cria-se uma continuidade na apropriação dos espaços: a igreja é recuperada para auditório; o claustro funciona como generoso vestíbulo, para as áreas de encontro; os gabinetes de trabalho compartmentam-se nas antigas alas residenciais.

Como premissa, o projecto parte do facto de que o edifício encerra o testemunho do fluir do tempo, cujas marcas constituem já parte da sua identidade. O estado de decadência a que o conjunto chegara era resultado de um processo de selecção natural, que teve a virtude de evidenciar os elementos primários da construção.

A intervenção pretende constituir-se como mais uma contemporaneidade e operar de forma distinta em função das realidades em presença: no piso de “embasamento” proceder quase ao restauro puro; nos pisos superiores recuperar os elementos que perduraram, introduzindo simultaneamente uma nova lógica construtiva.



Em termos de legado físico, apenas as espessas alvenarias argamassadas dos muros resistiram, apresentando-se como elementos de continuidade capazes de induzir o projecto. Este explora a enorme carga telúrica e poética de que estas ruínas eram portadoras, acentuando o contraste com a delicadeza da nova intervenção.

Tendo ruído os pisos elevados e coberturas em estrutura de madeira, é também a este nível que a proposta opera mais profundamente. Entre as fachadas remanescentes, constroem-se novos volumes, que repõem a geometria dos telhados; estes volumes apoiam-se pontualmente nas molduras dos vãos existentes na periferia, assim evitando o contacto com as paredes e com o pavimento térreo. Esta afirmação inequívoca dos diversos tempos da construção pretende constituir, para além de um *modus operandi*, uma chave para a compreensão do edifício.

A estratégia construtiva reforça o conceito do projecto. Nas áreas de recuperação: o reforço de alvenarias portantes com materiais compatíveis, a reposição das cantarias existentes. Nas áreas de nova construção: a opção por elementos de construção de grande leveza e alguma reversibilidade, como estruturas metálicas e ligeiras.

Tornam-se legíveis os estratos dos diferentes tempos: o revestimento do exterior das paredes, em argamassa de cal, deixa decifrar empenos e toda a riqueza de elementos que as constituem.

A intervenção pretende reforçar a continuidade com o conjunto edificado da Alta de Coimbra. Utilizam-se preferencialmente os materiais do edifício ou das construções circundantes: a pedra, sólida e perene, e a tinta de cal sobre os paramentos exteriores, brancos e luminosos.

Enfatiza-se a relação, já existente, entre o plano da cércea do edifício e o privilegiado miradouro do Paço das Escolas. A feliz coincidência das duas cotas, aliada à reduzida largura da rua que as separa, faz da cobertura do colégio um prolongamento natural daquela praça, ainda que não praticável. A nova cobertura é integralmente revestida a lajedo de pedra, dando continuidade visual ao pavimento da praça.

A leitura da cobertura, proporcionada pela orografia particular do sítio, é de resto reveladora das intenções do projecto. Introduzindo uma fenda contínua entre as novas águas e as paredes antigas, reconta a história do edifício, desde a fundação no século XVI até à reabilitação do século XXI.





UM REGRESSO ÀS ORIGENS

VITOR MURTINHO

Vice-Reitor da Universidade de Coimbra



UM REGRESSO ÀS ORIGENS

VITOR MURTINHO

Vice-Reitor da Universidade de Coimbra

“Onde a convivência entre o velho e o novo possa recordar aos habitantes da cidade que é sempre possível guardar para o futuro, sem esquecer o que foi o passado”.

*Rafael Moneo*¹

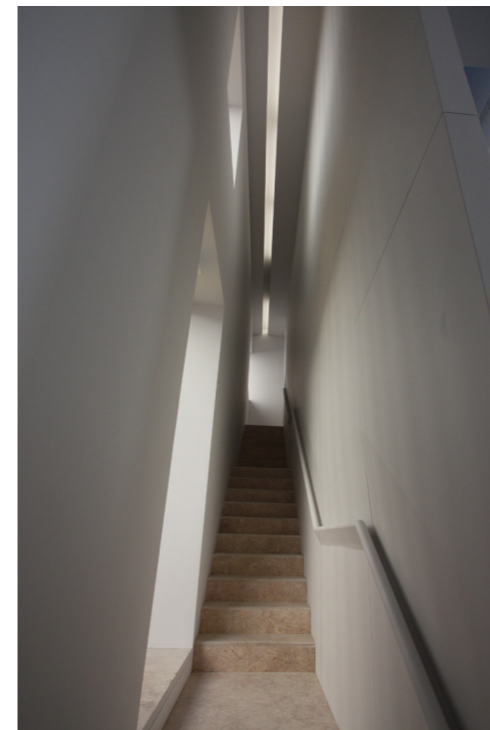
Uma intervenção arquitetónica em património não pode ser alicerçada a partir de um qualquer guião prescritivo ou simplesmente fundamentada sobre uma qualquer corrente artística. Se o projeto, enquanto ato intelectual, requer muito de ponderação e sensibilidade, também vive muito da audácia, do risco e da atração pelo imponderável. A arquitetura tem como palco uma paisagem que raramente se encontra em posição virgem e sem intervenção humana, um território que quase sempre corresponde a um processo de afirmação, de trabalho e labuta de homens. Em cada intervenção responde-se a um programa de necessidades balizado pelas possibilidades técnicas de cada momento, influenciado pelo lastro do património histórico herdado e que de modo sistemático se é confrontado com uma vontade férrea de contribuir para gerar formas novas e arquiteturas marcadamente inovadoras.² Felizmente, persistem, em cada período histórico, iniciativas que vencem inércias e que congregam vontades, propiciando o distancia-

¹ Citação extraída de *Costruire nel costruito*, Umberto Allemandi, Turim, 2007, p. 43.

² Jenger, Jean, *Architecture, um art nécessaire*, Éditions du Patrimoine, Tours, 2006, p. 62.

mento suficiente para alavancar outras rotas, novas metodologias, de modo a superar tentativas de mimetismos e dar luz a soluções sustentadas, menos apriorísticas, permitindo o progresso da arte. Para se avançar, em arquitetura, é preciso porventura existir um afastamento do imediato, daquilo que prosaicamente se nos oferece, facilitando pesquisas e inquisições menos empíricas, deixando fluir o pensamento para o traçado de novas rotas, induzindo a rumos menos plausíveis e portos menos seguros. Também para julgar a contemporaneidade, é preciso distanciamento temporal de modo a perceber-se o que é circunstancial, o que pode ser peregrino, o que realmente é inovador, o que resistirá à erosão dos tempos e terá a força para adquirir o direito, o mérito, de se projetar no futuro.

Num contexto onde o valor primordial do património é evidente e inquestionável, teremos certamente dificuldades acrescidas na definição de um modelo interventivo dado o potencial de crítica, a objeção em alterar um *status quo* e o decorrente risco de perda de importância ou de destaque monumental. Obviamente que a fossilização de usos, de estruturas e de elementos divisórios espaciais será sempre um ponto de partida mais consensualizado. Mas esse pode ser um caminho contaminado, na medida em que o próprio edifício pode perder *élan*, pode não conseguir a frescura e o ímpeto que o torne apetecível, suficientemente competente



para responder a outras solicitações. É sempre particularmente difícil a intervenção num edifício existente dada a dificuldade de ajustamento funcional, a árdua tarefa de encontrar a linha — na maior parte das vezes muito tênue — que permite o equilíbrio entre o valor da arquitetura existente, o valor da nova arquitetura e a avaliação do tipo de programa que o edifício pode albergar. Muitos dirão que os arquitetos são notáveis equilibristas que trabalham sob o fio da navalha, mas infelizmente nem sempre essa linha é tão evidente ou permite tampouco a consciência da sua existência. E, em muitas circunstâncias, a paleta de opções possíveis tem substancialmente um sentido mais lato, estando o resultado mais dependente do modo e da qualidade daquilo que se faz do que propriamente da adoção de um receituário ou da aplicação de metodologias irrepreensíveis. Não obstante, aquilo que a maior parte dos arquitetos procura é metaforicamente a linha imaginária do equador, local conceptual para onde muito converge e o equilíbrio se estabelece. Naquela linha fechada com desenvolvimento circunferencial, os dias são iguais às noites, definindo sítios de estonteantes harmonias, caracterizando um local imaginário onde existe uma aparente estabilidade. A dificuldade é mesmo, em cada intervenção, perante desafios sempre diferentes, descobrir o ponto onde programa e projeto se fundem, a estética e a arquitetura se cumprem, ou seja, defi-



nir a tal faixa do equador. Com efeito, é muito difícil em arquitetura definir qual o caminho para uma determinada equação. O caminho é sobretudo algo que, em permanência, se vai reorientando em função das necessidades, das contingências e dos problemas que vão — entretanto — surgindo. Fazer arquitetura não é uma tarefa científica e unidirecional. Este exercício de cariz eminentemente profissional é, de facto, uma disciplina artística que vive muito da intuição, das particularidades e das competências de cada autor. Mas, uma coisa é certa: a boa arquitetura precisa muito de tempo. Tempo para o projeto, tempo para a construir.

Como bem notou Ignacio Linazasoro, a arquitetura é sempre uma construção humana que se impõe à natureza. Esta artificialidade que denota o posicionamento humano no mundo, torna verosímil o princípio da necessidade de construção de um lugar. E são justamente os lugares, locais de afirmação do humano, que conferem o testemunho irrecusável da sedentarização dos homens e constituem uma prova cabal da memória coletiva.³ Se, globalmen-

³ Linazasoro, José Ignacio, *Textos Críticos*, Ediciones Asimétricas, Madrid, 2017, pp. 51 e 129.

te, a imaterialidade de uma recordação é parte de uma vivência individual, uma qualquer arquitetura do passado oferece-se como artefacto visível para potenciar a relembração, facilitando visual e emotivamente a sua incorporação como memória mais abrangente e perene. A arquitetura, pela sua natureza física, facilita e promove o enraizamento patrimonial no mundo e, graças à sua materialidade, contribui para a sua integração memorial plena.⁴

A história do Colégio da Santíssima Trindade, hoje também denominado como Casa da Jurisprudência⁵, tem o seu início ano de 1562 com o começo

⁴ Choay, Françoise, *Património e Mundialização*, 2ª edição, Editora Licorne/CHAIA, Évora, 2005, p. 26.

⁵ Em 2011, o programa de uso do Colégio da Trindade era para efeitos de albergar o Tribunal Universitário Judicial e Europeu (TUJE). Esta unidade, que tinha como objetivo ajudar a melhorar o ensino do Direito e a prestação dos serviços de Justiça, havia sido protocolada entre a Universidade de Coimbra e o Ministro da Justiça em fevereiro de 2006. Infelizmente este ambicioso projeto não teve contextualização legislativa e vontade política para se concretizar. No entanto, durante algum tempo, o Colégio da Trindade foi conhecido no meio universitário pela designação de TUJE, dada a vontade explícita de este tribunal vir a localizar-se no edifício. Já depois de formada a orientação de proceder à reconstrução do edifício,



da construção da sua sede, localizada a sul do sobranceiro Paço das Escolas da Universidade de Coimbra. O objetivo era o de garantir instalações dignas para a benemérita Ordem da Santíssima Trindade e que incluía igreja, dormitórios e áreas para o ensino. E, não fora todo o contexto decorrente da extinção das ordens religiosas em Portugal em 1834, a sorte do edifício poderia ter sido bem diferente, bem mais parecido com o destino de outros colégios que ficaram sob a alçada da universidade. Mas talvez como uma espécie de mau presságio, na circunstância das invasões francesas, que ocorreram no mesmo século e umas décadas antes, o mesmo Colégio da Trindade fora utilizado como quartel das tropas inglesas que ajudaram na defesa do reino, prejudicando certamente o desempenho das suas normais funções.

É um facto que a dissolução da Ordem da Santíssima Trindade da Redenção dos Cativos e a expropriação do seu património foram fatores determinantes para a sorte do Colégio. Infelizmente, um destino que, de início, se apresentava como muito promissor e exuberante, acabou por não conseguir apresentar o melhor desempenho no *corredor abrasivo do tempo*, de progressão linear, circunstancialmente seletivo, mas — neste caso — sobretudo muito desgastante e corrosivo.⁶ Para esse efeito, a consumação da venda do imóvel a particulares, apesar de a igreja ser então pertença da Câmara Municipal, seria o incremento suficiente para a perda de unidade do conjunto e uma ampla porta aberta para transformações sucessivas conduzindo à sua perda de identidade e inerente subestimação do seu valor patrimonial.⁷ Depois assistiu-se, paulatinamente, a uma degradação progressiva do imóvel, com utilizações avulsas nas zonas utilitárias do edifício,

é decidido que o edifício passará a ser utilizado como unidade de investigação da FDUC pelo que será acrescentado à designação inicial de Colégio da Trindade os sobrenomes de Casa da Jurisprudência.

⁶ Esperança, Eduardo Jorge, *Património. Comunicação, políticas e práticas culturais*, Veja, Lisboa, 1997, p. 369.

⁷ Segundo António de Vasconcelos, o edifício do Colégio foi vendido em praça pública em 1849 ao padre Manuel Simões Dias Cardoso por um preço ridiculamente baixo, e na década de trinta do século passado, funcionaria no edifício o colégio (inicialmente feminino) Rainha Santa Isabel, que no início da década seguinte seria instalado na Rua do Brasil, espaço que atualmente ainda ocupa. Já a igreja, depois de durante ter sido tribunal judicial de comarca até 1870, era em 1938 uma marcenaria com armazém de móveis, que ocupava ainda o espaço clausal. Ver “Os Colégios Universitários” (1938) in *Escritos Vários*, volume 1, Arquivo da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1987, pp. 242-243.

desde uso habitacional ou albergue de algumas das secções da Associação Académica de Coimbra. Esta sistemática degradação conduziu, posteriormente, à inevitável derrocada de parte da igreja em 1988, de que resultou a irremediável perda da singular *loggia* que se estendia ao longa da parede sul do templo, debruçada sobre a Couraça de Lisboa e que constituía um espaço emblemático e de valor arquitetónico daquele complexo.⁸ Este circunstância, provocou, ainda, o desabamento da fachada sul da igreja e a respetiva abóbada, pelo que em sua substituição foi criada uma estrutura em betão armado, assegurando preenchimentos e a sustentabilidade das restantes estruturas que apresentavam risco de derrocada eminente.

Neste processo, nem sempre candente, obviamente que subsistem a ideia e o valor histórico do edifício, mas o objeto em si foi perdendo qualidade e sofrendo sucessivas e inquietantes transformações. Alterações essas que sancionaram irreversivelmente a identidade do edifício, perturbando com algum nível de profundidade a disposição e o modelo organizacional do espaço. Daí que se tenha tornado imperativa a reutilização daquele espaço privilegiado da Alta Universitária coimbrã, fazendo com que a vida voltasse a pulsar naquelas paredes e que o edifício fosse devolvido à comunidade, com *utilização pública e a abertura à vida cívica*.⁹

A importância do Colégio da Trindade radica tanto no valor arquitetónico intrínseco à sua igreja, no seu claustro, como no valor simbólico que aquele espaço letivo teve para efeitos da história do ensino universitário em Coimbra. Historicamente, o valor de um edifício não se restringe à sua realidade física, existem relações que lhe deram vida, que legitimaram a sua organização, e que, não lhe sendo devolvidas, incorrem sempre nalguma perda e, inevitavelmente, na sua incompreensão.¹⁰ Antes desta última intervenção, de requalificação e de reuso do espaço, era sobretudo o valor de antiguidade que se sobrepunha. Para além do espaço sacro e retirando

⁸ Uma razoável descrição espacial do Colégio pode ser encontrada em Jerónimo de S. José, *Historia Chronologica da Esclarecida Ordem da SS. Trindade, Redenção e Cativos da Provincia de Portugal*, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1789, Tomo I, capítulo II, pp. 365-369.

⁹ Mateus, Manuel Aires, “Relatório Prévio” in *Projecto de Reabilitação do Colégio da Trindade*, Universidade de Coimbra, 2011, p. 3.

¹⁰ Didi-Huberman, Georges, *Diante do Tempo*, Orfeu Negro, Lisboa, 2017, p. 75.

dois elementos esculpidos de alvenaria em pedra¹¹, aquilo que ainda conseguiu resistir à força do tempo e dos usos foi o claustro no seu piso térreo e o respetivo paramento superior. No caso do claustro, em estilo renascentista tardio, era — e continua a ser — definido por quatro arcos de volta inteira que descarregavam cada um num pilar de secção quadrada. As galerias do pátio, que felizmente ainda existem, apresentavam abóbadas de aresta construídas em tijolo rebocado.¹² A eixo de cada arco de-

¹¹ Os elementos a que nos referimos foram reposicionados e inserido na construção. Trata-se de um arco composto por ombreira, lintéis e aduelas em cantaria de calcário e que estaria no edifício original a fazer a transição entre um espaço de Sala e uma Ante-Sala; o outro elemento trata-se de uma ombreira com elementos decorativos, formada por ombreira e lintel em alvenaria de calcário e que seria a entrada para Biblioteca; ambos estes elementos pertenciam ao segundo andar do edifício e foram reposicionados em locais próximos dos originais, apesar de terem sido reduzido a altura do primeiro e a largura do segundo para se adaptarem, dimensionalmente, ao sítio projetado. O modo como estes elementos foram enquadrados no projeto acaba por lhes conferir, no contexto do edifício, uma enorme importância e valor monumental. Para uma melhor localização inicial espacial dos vãos referidos, consultar Lobo, Rui, *O Colégio da Trindade. Estudo do edifício e levantamento da situação actual*, Biblioteca do Departamento de Arquitectura da FC-TUC, Coimbra, 1999, p. 43.

¹² Dias, Pedro, e Gonçalves, An-



se envolvia-se no piso superior um vão retangular com verga arquitravada, desenhando uma janela de sacada nos termos que ainda hoje pode ser visto. A igreja apresentava uma abóbada de berço possuindo em cada um dos seus flancos três capelas estando o transepto do templo inscrito no retângulo de base que define este espaço sacro. Em termos de fachada da igreja, esta apresenta, ainda hoje, um portal com par de colunas dóricas lateral assentes em pedestais e é encimado por grande cruz trinitária que era o símbolo da Ordem, cuja estrutura do seu traçado apareceu sulcada no reboco de uma das paredes do claustro, descoberto aquando dos trabalhos de reabilitação. Resumidamente, estas são as estruturas arquitetónicas mais relevantes que se aproveitaram do antigo edifício e que constituem os elementos mais indiciadores da sua antiguidade.

Em 1999, certamente com o objetivo uma futura utilização do Colégio da Trindade, a Reitoria da Universidade de Coimbra mandou elaborar um estudo de levantamento morfológico e tipológico de edifício, tendo como horizonte a caracterização e análise deste espaço, enquadrado numa potencial ação de reabilita-

tónio Nogueira, *O Património Artístico da Universidade de Coimbra*, Gráfica de Coimbra, 2ª edição revista aumentada, Coimbra, 2004, pp.144-146.



ção e de refuncionalização.¹³ O trabalho de levantamento e de reconstituição funcional apresenta, com um elevado nível de probabilidade, um panorama muito credível daquilo que foi em tempos o Colégio da Trindade, nas suas várias valências associadas à vida local da ordem, do ensino e da prática religiosa. Esta base seria potenciada num contexto de concurso público de elaboração de projeto.

O concurso para o projeto foi ganho, no dealbar deste século, pelos arquitetos Manuel e Francisco Aires Mateus¹⁴, dando-se início consistente ao desejo de animação, de regeneração e de revitalização de todo aquele quarteirão. O primeiro projeto foi entregue na Câmara Municipal em 2004 com a designação *Colégio Europeu da Universidade de Coimbra*. Da sua análise resultaram algumas condicionantes, designadamente sondagens arqueológicas e a opção de redução de programa de modo a evitar áreas enterradas, limitando o projeto a zonas já levantadas e, portanto, fisicamente

¹³ Ver Lobo, Rui, *O Colégio da Trindade. Estudo do edifício e levantamento da situação actual*.

¹⁴ Esta é a quarta obra destes arquitetos para a Universidade de Coimbra. Antes fizeram a Unidade Central da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Cantina e a Residência Universitária, todas no Pólo II. Em reconhecimento do mérito do trabalho de Manuel Aires Mateus foi-lhe conferido, recentemente, o Prémio Pessoa 2017, depois de Carrilho da Graça, em 2008, e Souto Moura, em 2011, o terem também recebido.

livres para construção. Em 2007, o programa seria alterado para efeitos de albergar o TUJE, procedendo-se a um novo projeto, compatibilizando estudos arqueológicos já finalizados e acatando algumas das restrições impostas durante a análise preliminar na Câmara Municipal de Coimbra. Nessa altura, aquilo que estava sobre a mesa era a tentativa de desenvolvimento de uma instância judiciária que permitisse o desenvolvimento de investigação universitária associada à prática de um tribunal.

Dava-se, assim, o início do cumprimento da necessidade de resgate de um valor do edificado que de algum modo se encontrava ofuscado por anterior processo de demolição praticamente integral de toda a carcaça interior, onde somente tinha sido poupada a zona da igreja. Pelo que aquilo que, metodologicamente, seria admissível e quase imperativo era a implementação do projeto resultante de um exemplar concurso público. No caso concreto, este projeto punha, desde o início, em destaque uma atitude de dialética do antigo com a contemporaneidade.



Como já foi referido, não se havendo concretizado a hipótese de o edifício ser utilizado para tribunal, foi necessário procederem-se a ajustamentos funcionais compatibilizando o espaço, agora como unidade de investigação e espaço letivo da FDUC. Esta adaptação, com pouco impacto no projeto, foi de natureza mais funcional e estabelecida durante o decorrer da obra.¹⁵ Esta circunstância e a resposta do edifício constituem um inegável testemunho da capacidade adaptativa que os projetos devem ter, pois a boa solução arquitetónica deve reunir a aptidão para absorver as séries de transformações que as contingências do seu uso assim o determinarem. Se é certo que no processo de modificação criativa a hierarquização e disposição das coisas constituem uma questão essencial, quase epidérmica, nas soluções espaciais, essa prerrogativa só é possível devido ao uso do desenho. E, no contexto da obra dos irmãos Aires Mateus, o desenho é fator primordial no processo criativo, metendo em confronto as coisas com o espaço, dando espessura ao tempo, moldando hipóteses, desenvolvendo formas consolidadas a partir da densidade dos legados, traçando hipóteses que se projetam e que representam ideias para os tempos vindouros. Operar sobre o construído, sobre aquele espaço que materializa uma parte da história do ensino universitário em Coimbra, é apoderarmo-nos de uma lembrança, de um legado que ao ser reabilitado, permite tanto impressionarmos para atos saudosos como descobrirmos o otimismo de um tempo presente, com brilho. A regeneração do Colégio da Trindade, na sua essência, não resulta do facto de o edifício estar abandonado e em risco de colapso, tampouco por questões de piedade contemplativa. Tratou-se somente da mobilização de energia ao serviço da proteção e da preservação. Mais do que dever, tratou-se de uma exigência ética, da supressão de uma negligência que já durava há demasiado tempo.

Numa qualquer intervenção subsiste um problema que passa necessariamente pela circunscrição da sua dimensão arquitetónica. Ou seja, por vezes, a dificuldade é mesmo definir o âmbito de arquitetura. Provavelmente, quando o caminho de intervenção trilha para os lados do restauro, pode então subsistir a premissa de que tal não constitui arquitetura. E, nesse preciso contexto, por uma questão de natureza intrínseca à prática profissional, a tentação coloca-se muito no campo interventivo, de afirmação, de deixar

¹⁵ O concurso para a reabilitação do Colégio da Trindade foi aberto em dezembro de 2013. A obra teve o seu início em setembro de 2014 e prolongou-se até fevereiro de 2017. Por questões de agenda política, a inauguração só ocorreu em 25 de outubro de 2017.

lastro e assinatura. No seio do património, a utilidade da arquitetura torna-se relevante se esta for operativa e dialogante, quando esta adota um papel ativo perante a recetividade do primeiro.¹⁶ Esta dinâmica gera fatores de reciprocidade, na medida em que o património resulte melhorado pela prática da arquitetura e que esta arte por estar integrada num contexto preexistente, também, permite uma ainda maior qualidade do resultado. Em múltiplas circunstâncias e no contexto patrimonial, a criatividade é considerada como um sinónimo da modificação.

O que perpassa globalmente na obra do Manuel e Francisco Aires Mateus é essencialmente uma enorme inquietude projetual. Essa inquietude, em muitos aspetos, atinge um papel de irreverência, no sentido em que as suas propostas, apesar de bastante consistentes, não passam despercebidas, tal é o modo como as soluções desafiam e estado das coisas. No seu processo de projeto — de enorme delicadeza e sensibilidade intelectual — pode encontrar-se uma enorme preocupação — para não dizer primazia — da secção relativamente ao projeto em planta. Esta preocupação com as relações de verticalidade, por oposição à horizontalidade, faz com que, no espaço, os projetos apresentem muitas peculiaridades e detalhes que, respeitando rigorosamente opções de organização e de utilização de conceitos, constituem uma imagem que marca a sua arquitetura.

Como ponto de partida pareceu existir uma consciência do potencial da existência e de quais os limites admissíveis, naquele preciso contexto, ao projeto. Perante a evidência de um património muito adulterado pelo tempo e muito maltratado pelos usos, tornou-se quase imperativa uma ação de recriação, de partir dos destroços e inventar uma nova espacialidade, sem prejuízos, com descomplexidade e, sobretudo, em liberdade. Parece óbvio que o que resultou do edifício antigo, pelas suas características, riqueza da sua pormenorização e materialidade, funcionou como forte estímulo intelectual para o processo e solução de projeto. A frescura da intervenção foi ter a coragem para questionar um modelo organizativo caduco, com muito pouco potencial operativo e, sobretudo, impor com clareza um conceito, uma atitude que, percorrendo a totalidade do espaço, conferiu nova e renovada importância ao edifício. O conceito pode ser a matéria da arquitetura, a massa que determina, influencia e contagia todo o projeto, tornando-se

¹⁶ Mosquera Adell, Eduardo, “De la utilidade de la arquitectura para el patrimonio”, *Cuadernos Arquitectura y Patrimonio*, Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, Valladolid, 1994, p. 21.

uma entidade tanto filosófica como conceptual.¹⁷ Um conceito que se impôs com ideia estruturante do projeto e, paralelamente, favoreceu a ligação coordenada entre a parte nova e a zona mais antiga do edifício como noutras situações permitiu felizes ações de sobreposição.

Mas, a valorização do espaço, a implementação de ações transformadoras tem de salvaguardar a identidade do edifício. Toda e qualquer intervenção tem de valorizar o potencial genético do lugar, respeitar o contexto cultural existente, na certeza evidente de que o projeto traz transformações, alterações, mas que também se espera uma visão crítica e uma melhoria do tempo atual. Esse é um património genético do edifício, uma característica que se tem de salvaguardar sempre no contexto de qualquer ação transformativa. Esta é uma evidência para qualquer processo de projeto, para qualquer situação em curso de alteração, que transforme o velho em novo, o usado em reciclado. Em cada intervenção, a arquitetura é chamada a reinventar-se, a dar mostra e evidência de que o caminho fácil de um regresso ao conforto da origem pode não ser a trajetória mais adequada, que à expectável nostalgia do passado pode sobrepor-se uma necessidade de rotura, de descontinuidade, de reescrita.

A demagogia de uma dicotomia assumida entre velho e novo é uma falácia que suscita inúmeros enganos e equívocos. Françoise Choay esclarece que, na con-

temporaneidade, assiste-se a uma inflação em redor de dois posicionamentos, aparentemente extremos, e que correspondem a modos de fetichismo.¹⁸ A possibilidade da existência de um apreço pelo vetusto e uma voracidade pela alteridade não podem ser duas faces antónimas da mesma moeda, mas eventualmente poderão ser percursos compatíveis, sem obrigar a ruturas qualitativas e geradoras de vazios metodológicos. Estas duas posições filosóficas aca-

¹⁷ Ynzenga, Bernardo, *La materia del espacio arquitectónico*, Nobuko, Buenos Aires, 2013, p. 19.

¹⁸ Choay, Françoise, *Património e Mundialização*, pp. 27 e 28.

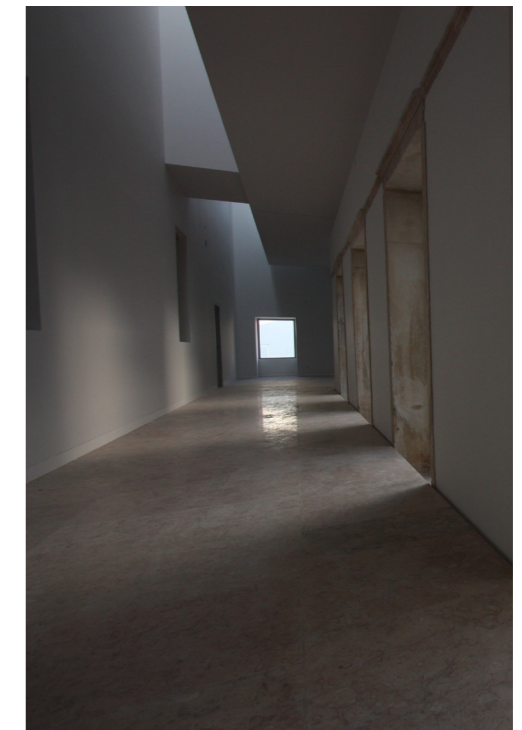


bam por corresponder tipicamente a dois tipos de personalidades, um que corresponde ao grupo que pretende salvar o mundo e um outro que inclui aqueles que pretendem transformar esse mesmo mundo.¹⁹ Curiosamente estas duas componentes podem gerar dois tipos de estados emocionais: o de nostalgia, com sublimação do passado, o de otimismo, com crença nos tempos vindouros. E, se o último denota a possibilidade de um futuro em aberto, o primeiro é uma constatação da impossibilidade do retorno.²⁰ E, como sabemos, o tempo é algo que vamos gastando e que é absolutamente irreversível, pelo que durante a vida de um edifício é particularmente difícil fazer regredir muitas das alterações que provocam danos e transformações que conduzam à sua dificuldade de reposição. Os edifícios adquirem intensidade pela sua presença concreta e discretamente pelo seu uso. E, se o seu legado é normalmente matéria irrevogável, mesmo quando sujeito a mutações históricas, é na contemporaneidade que se joga permanentemente e com atualização o seu valor relativo, quer como edificação, quer reconhecido pela sociedade.

Normalmente, à intervenção física do edifício acresce a intervenção cívica sobre a paisagem envolvente. No caso da Casa da Jurisprudência, a intervenção circunscreveu-se quase ao perímetro do edificada, abrangendo somente como acréscimo dois espaços exteriores que constituíam parte privada da Universidade, correspondendo ao claustro do colégio e a um pequeno pátio elevado que outrora terá possibilitado a vista franca do rio Mondego. Nesse campo, esta intervenção quase que pode produzir o fingimento de que pela manutenção volumétrica se assiste a uma neutralização do ambicioso projeto. Sob o ponto de

¹⁹ Lacroix, Michel, *Le Principe de Noé ou l'Éthique de la sauvegarde*, Flammarion, Mayenne em Mars, 1997, p. 58.

²⁰ Rautenberg, Michel, *La rupture patrimoniale*, Éditions A La Croisée, Aubenas d'Ardèche, 2003, p. 18.



vista organizativo e usando por base a reconstituição consistente elaborada por Rui Lobo, o projeto tentou replicar algumas das estruturas de circulação no espaço de dormitório dos frades, designadamente a lógica de manutenção dos corredores perimetrais virados para as ruas e ficando a maioria dos gabinetes — outrora celas — virados para o pátio do antigo quintal. Outras características do projeto que retomam o espírito inicial do colégio são, por exemplo, a localização atual da entrada principal em local apenso à parede norte da igreja e com serventia a partir da Travessa da Trindade, ou, então, o local de arranque da escadaria de acesso ao primeiro andar que nos dois casos ocorre no extremo do claustro oposto à portaria do edifício.²¹ Funcionalmente a igreja, que era para ser uma sala de audiências no contexto do tribunal, passou a ser a grande sala de atos do complexo. Assim, a entrada mais solene na grande sala de eventos é feita pelo antigo nártex do espaço sacro. No contexto da intervenção, existe um predomínio da utilização da cor branca e o uso do material pétrea em tom claro. Esta predomínio é verificá-

²¹ Lobo, Rui, *O Colégio da Trindade. Estudo do edifício e levantamento da situação actual*, pp. 14-22.



vel tanto a nível do interior como no exterior, permitindo uma uniformização cromática e alguma unicidade entre o novo e o existente. Uma exceção a esta metodologia corresponde ao interior da antiga igreja onde é utilizada ao nível dos rebocos a introdução da cor cinza, em tom próximo do betão. Esta intrusão cromática é sintomática do modo como a preexistência é manipulada pelos arquitetos, pois esta mudança altera substancialmente a leitura do espaço, os seus níveis de luminosidade e consequentemente a perceção da igreja. Neste caso concreto e através da simples alteração cromática, é alterada substancialmente toda a leitura espacial, com prejuízo evidente — e intencional — das subtilezas espaciais dos detalhes de cantaria, bem como a noção preexistente de amplitude da igreja. Esta opção define claramente uma escolha de marcação de um gesto contemporâneo e de afirmação de modernidade, mesmo que, no geral, aquilo que persiste tenha marca do antigo. Este caminho, apesar de grande impacto na aparência, não desvirtua a noção do espaço, apesar de o condicionar, mas parece pretender assumir desempenhar um papel de regeneração e provavelmente ser um subterfúgio formal para melhor responder à função pretendida e que, na maior parte das vezes, precisa de ambientes menos luminosos ou então escurecidos.

Se naquele terreno se jogou aparentemente a serenidade de uma primeira visão pouco dissonante relativamente ao existente histórico, rapidamente assaltam modos de fazer, soluções alternativas que imprimem para um palco diverso que se assenta em modificações conscientes e com latente criatividade. A criogenização de um qualquer edifício ou conjunto edificado pode ser mesmo a sua falência. E a modificação, por princípio, não tem que ser algo perverso ou mesmo um ato despuadorado. Depende obviamente do caso, pois a predisposição para a mutação controlada e consciente é sempre uma hipótese que tem de estar incorporada no tabuleiro das probabilidades. É neste ambiente contextual que Vittorio Gregotti se refere tanto às condições de renovação como à possibilidade de desenvolvimento enquanto valor absoluto. No contexto histórico, este autor refere-se à *modificação criativa*²² como sendo a possibilidade de equilíbrio, de reconstrução e de estabelecimento de novas conexões urbanas, no pressuposto de que o projeto, na sua dialética de diversidade, respeita tanto o legado coletivo como deixa em aberto todas as possibilidades no futuro. Ou seja, a criatividade na modificação pressupõe a adoção daquilo que se apresenta como mais consistente no tempo, consolidado com alterações sensatas, permitindo dialéticas equilibradas, construtivas e constitutivas. Nos edifícios, nem sempre as transformações se desenvolvem segundo processos lineares, dado que o somatório das diversas e diferentes intervenções leva a avanços e a recuos que condicionam substancialmente a história dessa construção. A realidade a que se chega, como processo ativo, nem sempre é coerente e a trajetória de alguns edifícios é titubeante, imprecisa e labiríntica. As diferentes causas e efeitos podem redundar em situações de construção, de justaposição, de demolição, de alteração, tornando difícil encontrar neste processo um caminho claro, objetivo e consistente.

Na Casa da Jurisprudência, a linha de intervenção foi sustentada precisamente numa lógica de salvaguarda parcial do existente e de mutação substancial da parte restante do conjunto, acautelando, em parte, a imagem exterior do edifício. Nesse âmbito, a operação aproxima-se daquilo que Gregotti define com uma modificação criativa. Nesta conjuntura específica, o edifício não é restringido a um momento histórico, como também renega a narrativa das diversas modificações. Ao não se incorporarem os vários tipos de construção que marcaram a história do edifício — porque na sua génese foram intervenções depreciativas do edifício —, os arquitetos deram origem,

praticamente, à implementação de dois tempos cristalizados, intervalados conceptualmente por um vazio, um intervalo de tempo com ritmos lesivos e que, deliberadamente, se pretendeu suprimir. Todavia, apesar da questão filosófica referida, a solução preconizou uma continuidade de textura e de materiais, que de algum modo, não permite uma evidência, a distinção inequívoca, entre a existência e a construção nova. Da compreensão construtiva do edifício, o projeto foi evoluindo no sentido de a matéria operante ser desenvolvida a partir de elementos — estruturais — que melhor haviam resistido temporalmente. A resposta ao programa, respeitando o inegável fluir do tempo, teve a sua génese na base dos elementos primários do edifício, dado terem sido estes os que melhor foram resistindo à ação dos diferentes usos pelos homens.

O diálogo entre passado remoto e tempo presente constituiu um enriquecimento do edifício, principalmente quando o que se ganha é superior ao que se obliterou. Nesse sentido, a intervenção no Colégio da Trindade tem um carácter marcadamente moderno. O que restou do antigo permaneceu sem que genericamente lhe tivesse sido dado um destaque particular. O que não significa que houvesse perda de dignidade. Os elementos históricos que prevaleceram foram integrados e absorvidos por uma ideia muito marcante e disciplinadora do espaço. Eventualmente, o estado a que chegou o Colégio da Trindade colocou-o muito próximo de um estado de ruína, uma situação onde muitos dos elementos que subsistiram à ação do tempo perderam cabalmente a sua funcionalidade e o próprio sentido. E, se um caminho poderia ser a manutenção dessa imagem, aparentemente romântica, mas liminarmente certificadora do estado de calamidade a que chegou o edifício, quiseram os seus arquitetos renunciar à situação contemplativa e de musealidade e pugnar por manter viva uma chama que se traduz em utilidade. Assim, em vez de tratar a preexistência como despojo de uma coisa sem préstimo, optou-se por integrar o antigo conjuntamente com o novo, garantindo a continuidade entre os restos, o arqueológico e a construção nova. O estado a que chegou a construção existente, de falência generalizada, induziu os arquitetos a fazer com que o legado de outras épocas fosse no projeto bastante circunscrito e limitado. O que estava sobre a mesa no momento era travar o processo que — a agravar-se — conduziria a uma extensão do problema, que traria associado o prolongamento de uma ferida de muitos anos e que era importante reverter ou pelo menos estancar. E o longo e nem sempre profícuo processo recente de ocupação é feito de incertezas e de mal-entendidos, de sedimentações de equívocos e de alterações pouco

²² Gregotti, Vittorio, *Il possibile necessario*, Bompiani, Milão, 2014, p. 131.

apropriadas.²³ Esta é a parte da história que não tinha sentido enaltecer. Por outro lado, também não interessava a intervenção com espetáculo, onde o recente apagasse totalmente o brilho do antigo.

Nas comunidades mais conservadoras, prevalece um gosto pelo vetusto, sendo habitualmente a arquitetura nova considerada como algo adverso e por isso penalizado. Nos casos em que o valor do edifício é grande, explorem as restrições quanto a alterações utilizando novos materiais ou formas mais contemporâneas. Normalmente, uma intervenção contemporânea fere as lógicas de reminiscência e de memória, constituindo uma profanação quando confrontada com lógicas de que o valor da idade constitui por si só um valor cultural de referência. Aparentemente uma obra reflete uma pulsão do seu tempo, mas esta força já não pode ser transmitida por inteiro. Mesmo para um espetador erudito, qualquer obra expressa uma distância,

²³ Pizza, Antonio, “Ruinas, forma, proyecto”, *Cuadernos Arquitectura y Patrimonio*, Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, Valladolid, 1994, p. 29.



um vazio, entre um propósito original e uma percepção atual. Uma percepção que está duplamente incompleta, que nunca verá a espessura de uma reconstituição histórica plena pois nem se sentirá o desígnio passado nem o usufruto atual será completo e o coloca em dia.²⁴

Em muitos casos, a construção antiga corresponde a uma personificação do passado. O antigo funciona como elemento estabilizado e, psicologicamente, como garante de familiaridade e de estabilidade emocional. A arquitetura, tal como todo o tipo de objetos, funciona magistralmente como meio de perscrutação do tempo, facilitando a aprendizagem e o contraste entre os vários momentos históricos e a contemporaneidade.²⁵ Para além do valor intrínseco do edifício, a sua presença, o modo como se articula com a envolvente, a sua matriz construtiva, funcional e estética, redundam numa valia pedagógica já que são o testemunho vivenciável de um saber passado.

No contexto da Casa da Jurisprudência, o novo quase parece ter decantado todas as imperfeições do antigo, colmatando discontinuidades e não

²⁴ Augé, Marc, *El tiempo en ruinas*, Gedisa Editorial, Barcelona, 2013, pp. 30-31.

²⁵ Ballart, Josep, *El patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso*, Ariel, 5.ª edição, Barcelona, 2010, p. 10.



se deixando enredar em valores estilísticos. Se é explícita a existência de um valor fundacional do edificado, este é subalternizado, como que apagado, sobressaindo a pujança de uma intervenção atual que se quer seja a âncora para o futuro. Os arquitetos tentaram apagar do edifício os vários e diferentes registos temporais, tentando fixar-se a partir da génese original e precipitando — através da sua intervenção — uma viagem para a contemporaneidade. Para esse efeito, os elementos preexistentes foram quase elevados a um patamar mínimo que depois possibilitou uma reapreciação espacial que foi instruída com cunho de atualidade. Uma das situações mais marcantes é precisamente o facto de a estrutura do edifício ser prioritariamente em aço, possibilitando alguns efeitos como o de que a nova arquitetura parece quase flutuar.²⁶ De notar que este efeito é — por assim dizer — uma imagem de marca desta dupla de arquitetos, já que esta perceção pode ser verificável em algumas das suas intervenções anteriores.

No caso concreto, a circunstância de se definir um vazio perimetral no edifício e que abarca as paredes portantes do colégio cria um efeito surpreendente dado a estrutura do andar superior ser apoiada a partir dos vãos e a iluminação no piso inferior ser feita preferencialmente através de iluminação natural zenital. Se excecionarmos o corpo da igreja, este lanternim que se desenvolve perimetralmente segundo as paredes preexistentes do edifício, define uma linha quase contínua que enfatiza a desmaterialização dos elementos de arquitetura novos e confirma os paramentos antigos como materialidade estruturante e definidora da contentorização do espaço interior.²⁷ Serão os vazios, que resultam do sulco no interior do edifício, que definem uma ideia ampla de espaço, criando uma ambiguidade de amplitude e de contenção. As lajes de piso definem espaços acolhedores que explodem em luz e dimensão quando se aproximam das frestas estreitas e compridas que tornam vasto e vertical o interior. É nesta tensão espacial que os espaços tanto se tornam contidos como grandiosos. E esta espaciosidade, estabelecida pelo pensamento dos arquitetos, ideia relativizada, é regulada pela

²⁶ A opção por estrutura em aço só foi tomada no contexto da versão de 2011 do projeto, permitindo uma maior compatibilização mecânica e química com as alvenarias existentes.

²⁷ A solução de implementação de um rasgo que abrange uma boa parte do edifício será um ponto crítico de difícil manutenção futura e que pela sua natureza organizativa precisará de alguma criatividade para o controlo térmico de alguns dos espaços, designadamente os situados no primeiro andar do colégio.



medida do homem, unidade e escala em qualquer espaço arquitetónico.²⁸ Neste contexto, a fator lumínico é a matéria transcendente que regula a arquitetura, é a componente imaterial que permite dar palco equilibrado ao património e o recentemente construído. E, na relação que se estabelece entre a novidade e a preexistência, a primeira assume-se claramente como fator regenerador e elemento equilibrador de conjunto.

No contexto da complexa e difícil operação arquitetónica, os irmãos Aires Mateus viram na ruína do colégio uma matéria com valor didascálico, um avulso de alvenarias que de modo instrutivo e didático permitiu o desenvolvimento e a concretização de uma pregnância significativa, à qual não se consegue ser indiferente. O ponto de partida deste projeto mais se assemelhava a um conjunto desarticulado de escombros, constituindo-se como os restos de ocupações improváveis, quase nunca recentemente ancoradas por usos adequados. E a energia resultante da intervenção, que resgata as ruínas à inevitável perecibilidade e a transforma num documento pétreo, constitui a fonte primária de uma identidade universitária, testemunho óbvio das dinâmicas do ensino e das suas variantes ao longo da história. O

²⁸ Ynzenga, Bernardo, *La materia del espacio arquitectónico*, Nobuko, p. 50.

estado de obsolescência da construção reclamou uma operação complexa, pouco evidente, quase que se desligando do plausível e aproximando-se de fronteiras de diluição entre o real e o imaginário. A degradação existente na construção — por incúria, desinteresse ou incapacidade dos homens — tinha atingido um processo tão profundo que quase se tinha esgotado toda a perspectiva de vida naquele conjunto, criando a convicção de que a sua linha de vida estaria praticamente extinta, pelo que talvez o mais sensato — para alguns — fosse mesmo dar-lhe a extrema unção. Pelo que a ação transformativa daquele objeto patrimonial se tornou, naturalmente, a reivindicação do valor simbólico daquele espaço, permitindo-lhe constituir-se como meio privilegiado para a representação. Assim, perante uma perda sucessiva de valor, havia mesmo que resgatar o edifício e distanciá-lo do seu apagamento, pô-lo ao serviço da comunidade.

Como problemática, o restauro não se oferece como um caminho exclusivo, ele faz parte de outras alternativas que também passam por conservação, pela reabilitação, pela transformação, entre muitas outras possibilidades. Ou seja, qualquer intervenção em contexto de edificado pode reunir no seu seio não uma única disciplina unitária, mas efetivamente desencadear toda uma constelação de trabalhos com enunciados de caráter disperso e heterogéneo,

cuja identidade se concretiza somente no âmbito de uma operação tão diversa como aquela que por exemplo ocorreu no Colégio da Trindade. Aquilo que sobrou da erosão do tempo estava muito pouco consolidado e oferecia poucas garantias de sucesso. A maior parte dos elementos estruturantes da espacialidade foram irremediavelmente perdidos tornando pouco sensato ir pelo caminho da veneração do passado através da sua reconstituição. Esse trajeto, mesmo que apetecível, oferecia poucos indícios de que, para além de um óbvio imobilismo, viesse a dar força ou brilho ao programa. Como parte do edifício é também as gentes que nele habitam, neste caso, pela deterioração, foi-se perdendo o elo umbilical que as ligava àquele espaço.²⁹ Até porque a melhor forma de preservação do Colégio da Trindade não passava por, naquele caso, constituí-lo como reserva de uma materialidade e imaterialidade perdidas, mas, sobretudo, pela modernidade de espaços, visando melhorar a qualidade de vida e permitir que algumas formas tradicionais fossem a herança compatibilizada com os modos e os materiais contemporâneos.

O passado não deve ser considerado um pesado fardo que guardamos religiosamente ao longo do tempo, mas deve representar um património ativo que cada geração deve saber fazer ressaltar e potenciar. Nesse âmbito, admitindo que normalmente não existem alterações de fundo, deve por princípio haver abertura para alguma acomodação, no estrito sentido da adaptação, garantindo coesão e robustez ao edificado. Os arquitetos cedo perceberam que a mais-valia que se colocava naquele contexto não era a primazia da existência, mas o potencial que a mesma encerrava em si. Se a expectativa era considerar a ruína com um *cofre*, os irmãos Aires Mateus quiseram antes abrir a sua Caixa de Pandora e, investidos de despudor e cheios de coragem, ensaiaram conferir novo sentido ao espaço dar corpo às alvenarias que sustentadamente ainda desafiavam a gravidade. Aquela obra, que é um ímpeto de contemporaneidade, precisará de tempo para ganhar valor e se descolar de preexistência. É difícil olhar para outro tempo sem o fazer ancorado no tempo presente. Qualquer análise que se faça só pode se concretizada a partir da *uni-dimensionalidade do seu presente*, obrigando os outros tempos a serem vistos, porque transportados a partir do tempo presente.³⁰ Nesse sentido, e como Jorge Esperança escreveu, o presente, mesmo

²⁹ Capel, Horacio, *El patrimonio: la construcción del pasado y del futuro*, Ediciones del Serbal, Barcelona, 2014, pp. 152-153.

³⁰ Esperança, Eduardo Jorge, *Património. Comunicação, políticas e práticas culturais*, pp. 127-128.

que aparentemente determinado a alguma fugacidade, é aquilo que parece estar *em expansão*, tornando cada lugar um privilegiado palco de memórias, um inusitado teatro da vida. Memórias essas que não são certamente vivências pretéritas, mas que correspondem a alusões contemporâneas do passado. Pelo que nunca se irá colocar “o perigo de viver no passado, mas mais o fazer do passado um modelo de apreensão do presente.”³¹

O olhar sobre um edifício pode apresentar um cunho documental e histórico. Certamente que são determinantes na definição da sua escala de valor as circunstâncias que levaram à sua edificação e/ou os relatos e os factos ocorridos durante o longo processo de funcionamento. Para além do valor memorial dos edifícios, a importância destes também pode depender de questões artísticas e/ou históricas. Um valor decorrente da qualidade estética e arquitetónica ou um valor de antiguidade. Mas, qualquer edifício deve ser olhado sempre a partir da atualidade. As heranças que nos chegam do passado — remoto ou próximo — fazem parte de um legado que deve ser estimado e respeitado. Mesmo sabendo que o património é um objeto herdado e que se apresenta como algo suscetível de veneração, este não se expõe “como origem forçada do nosso presente, mas como objeto privilegiado do nosso presente”.³²

A concretização da Casa da Jurisprudência foi um processo de permanente luta contra o tempo. Um tempo com prazos nada contemplativos com o erro ou com a indecisão. Um tempo que soube contar com a arquitetura. Com uma disciplina que vive desta aparente tensão entre pensamento e ação, entre desenho e construção. Felizmente foi possível sarar a ferida que durante muitos anos se manteve aberta ao cimo da Couraça de Lisboa. Mesmo que para os mais incautos e menos familiarizados com a cidade surgisse como uma ruína estranha, a verdade é que aquela mazela tornada quase permanente passou a ser algo que entranhado no tecido histórico foi sendo quase assumido como natural e fazendo parte da paisagem urbana. Com diligência foi possível concretizar um projeto que demonstra alguma serenidade no modo como compatibiliza o velho e o novo, a modernidade com o antigo. Um trabalho que põe em evidência uma tensão latente, mas serena, entre modernidade e tradição.

³¹ Esperança, Eduardo Jorge, *Património. Comunicação, políticas e práticas culturais*, p. 203.

³² Peñalver, Mariano, “A propósito de la tradición y del patrimonio. Una propuesta hermenéutica seguida de una apuesta teórica”, *Cuadernos Arquitectura y Patrimonio*, p. 41.

No caso do Colégio da Trindade, poderíamos referir que aquele lugar já existia há muito tempo. Somente a degradação, a inexistência de uso sistemático e qualificado, e a falta de manutenção levaram a uma obsolescência progressiva do edificado. Ou seja, paulatinamente, aquele sítio foi perdendo interesse estratégico, foi de modo gradual e sistemático vendo a sua importância regredir, com consequência ao nível de seu interesse enquanto lugar. É sabido que a perda de interesse funcional por um qualquer espaço é diretamente proporcional à sua obsolescência, ou seja, quando um edifício deixa de funcionar, de ter um uso, entra quase imediatamente num processo acelerado de degradação. E a perda de utilidade de um espaço é obviamente a sua condenação, a sua sujeição a uma pena que a seu tempo pode mesmo

levar à sua irreversível perda.³³

Este novo investimento no espaço, esta nova investidura funcional, transporta para este lugar uma nova função que tem como consequência a redescoberta daquele espaço enquanto local de valor com enorme potencial de incrementação e de exploração. Na realidade, como afirmou Paulo Pereira, “qualquer intervenção menos cuidada, terá como resultado a subversão da função simbólica do monumento e a perda da condição qualificado de lu-

³³ Babelon, J.-P., Chastel, André, *La notion de patrimoine*, Editions Liana Levi, Mayenne, p. 27.





gar.”³⁴ Um dos problemas emergentes na questão do património construído tem essencialmente a ver com a sua funcionalidade, ou seja, é muito importante que um edifício responda a uma função específica, conferindo-lhe com isso um determinado sentido e permitindo satisfazer uma necessidade.

O projeto é o resultado das possibilidades daquilo que o sítio proporciona ou potencia. Neste contexto, o programa é determinante para efeitos do resultado. No caso da Trindade, o arquiteto considerou dois níveis de construção. Uma primeira, que corresponde àquilo que apresentava um

valor de perenidade, e uma segunda, que correspondia ao que pode ser considerado como provisório ou descartável. Mesmo que não materialmente concretizada, filosoficamente como que é assumida uma certa fratura entre a preexistência e a parte nova da construção. Mas, no caso da relação com o Pátio das Escolas, existe uma intencional e aparente continuidade cromática entre os revestimentos pátio e a cobertura do Colégio da Trindade.

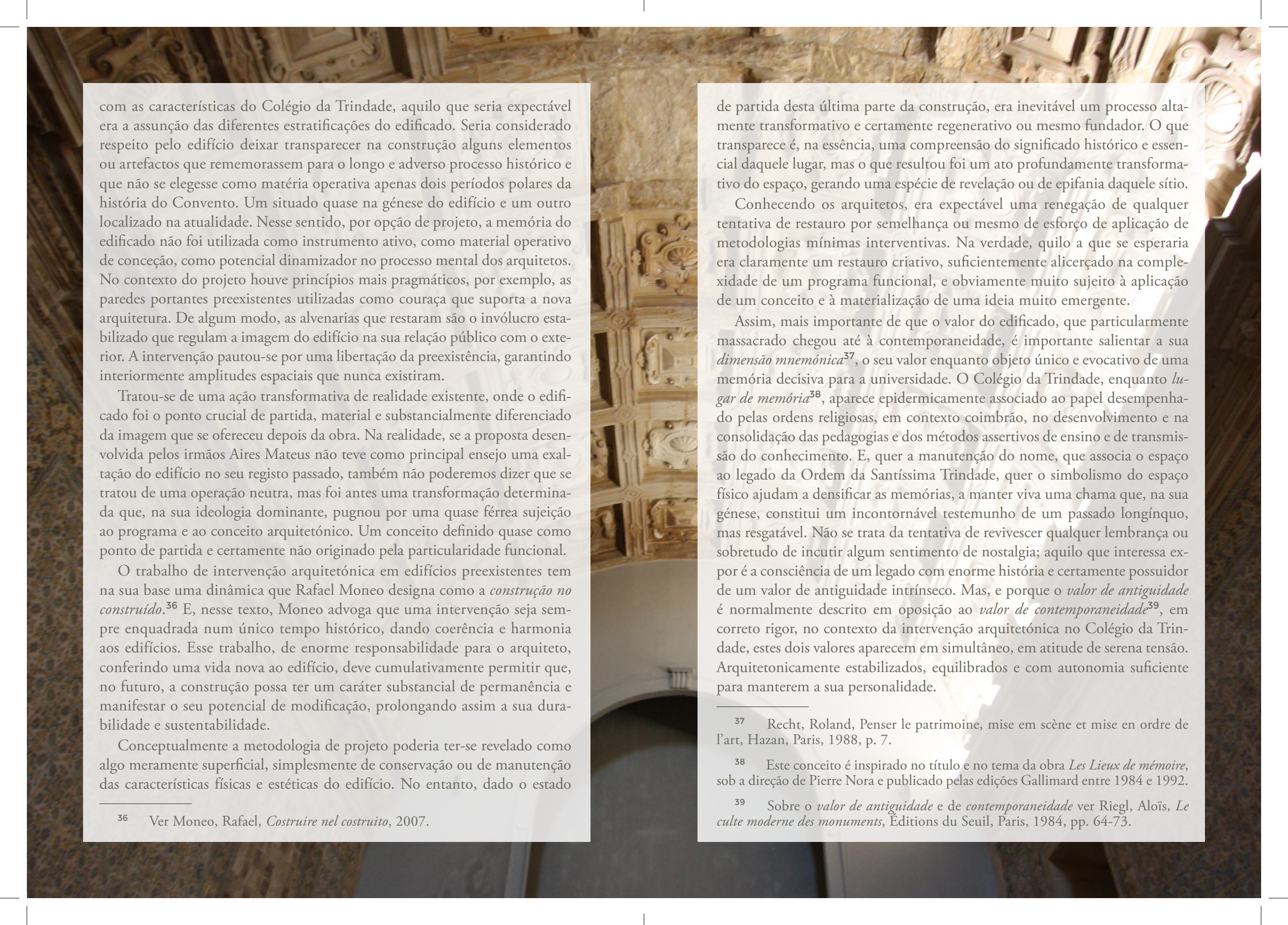
Neste contexto, certamente que é importante o passado, principalmente na sua responsabilidade sobre aquilo que chegou arquitetonicamente até ao tempo presente. Mas com vista à sua preservação numa lógica de usufruto no futuro é determinante aquilo que é feito no tempo presente. Naquilo que foi a realidade antes do início da empreitada de construção do edifício, foi

³⁴ Pereira, Paulo, *Património edificado. Pedras angulares*, Aura editora, s/l, 2005, p. 11.

feito como ponto de partida uma demolição quase cirúrgica para acomodação do projeto.³⁵ Ou seja, a pretexto de consolidação de paredes e de fundações, foram demolidas todas as partes que colidiam com o projeto elaborado pela dupla Aires Mateus. E após este último processo descrito, aquilo que sobreviveu a este camartelo foi um perímetro de paredes portantes que contornavam todo o edifício primitivo, a igreja e o sistema de galeria do claustro interior. Praticamente todas as restantes partes de divisionamento do espaço interior desapareceram. Esta posição bastante extrema de encarar a preexistência com diminuta integração de partes relevantes e potencialmente utilizáveis no novo uso do edifício teve como consequência uma situação de adoção de praticamente dois únicos estratos para a construção. Um primeiro que remete temporalmente muito para os tempos mais primitivos do edificado e um outro que se circunscreve à contemporaneidade. Se se atender ao que constituem as recomendações mais atualizadas sobre a metodologia de abordagem num edifício

³⁵ Uma primeira fase de intervenção correspondeu à execução de trabalhos preparatórios de limpeza e demolição, concluídos no final do ano de 2003. Este processo seria seguido de uma empreitada relativa ao levantamento arqueológico generalizado (desenvolvido entre maio de 2004 e janeiro de 2005) e que seria complementada por diversas ações posteriores. Por sua vez, em setembro de 2008, eram iniciados os trabalhos de fundações e de estruturas do edifício (concluídos em janeiro de 2011), tendo ainda como objetivo a instalação do TUJE. Esta empreitada permitiu a reposição integral das cantarias existentes e que haviam caído aquando da derrocada da década de oitenta do século passado.





com as características do Colégio da Trindade, aquilo que seria expectável era a assunção das diferentes estratificações do edificado. Seria considerado respeito pelo edifício deixar transparecer na construção alguns elementos ou artefactos que rememorassem para o longo e adverso processo histórico e que não se elegeisse como matéria operativa apenas dois períodos polares da história do Convento. Um situado quase na génese do edifício e um outro localizado na atualidade. Nesse sentido, por opção de projeto, a memória do edificado não foi utilizada como instrumento ativo, como material operativo de conceção, como potencial dinamizador no processo mental dos arquitetos. No contexto do projeto houve princípios mais pragmáticos, por exemplo, as paredes portantes preexistentes utilizadas como couraça que suporta a nova arquitetura. De algum modo, as alvenarias que restaram são o invólucro estabilizado que regulam a imagem do edifício na sua relação público com o exterior. A intervenção pautou-se por uma libertação da preexistência, garantindo interiormente amplitudes espaciais que nunca existiram.

Tratou-se de uma ação transformativa de realidade existente, onde o edificado foi o ponto crucial de partida, material e substancialmente diferenciado da imagem que se ofereceu depois da obra. Na realidade, se a proposta desenvolvida pelos irmãos Aires Mateus não teve como principal ensejo uma exaltação do edifício no seu registo passado, também não poderemos dizer que se tratou de uma operação neutra, mas foi antes uma transformação determinada que, na sua ideologia dominante, pugnou por uma quase férrea sujeição ao programa e ao conceito arquitetónico. Um conceito definido quase como ponto de partida e certamente não originado pela particularidade funcional.

O trabalho de intervenção arquitetónica em edifícios preexistentes tem na sua base uma dinâmica que Rafael Moneo designa como a *construção no construído*.³⁶ E, nesse texto, Moneo advoga que uma intervenção seja sempre enquadrada num único tempo histórico, dando coerência e harmonia aos edifícios. Esse trabalho, de enorme responsabilidade para o arquiteto, conferindo uma vida nova ao edifício, deve cumulativamente permitir que, no futuro, a construção possa ter um carácter substancial de permanência e manifestar o seu potencial de modificação, prolongando assim a sua durabilidade e sustentabilidade.

Conceptualmente a metodologia de projeto poderia ter-se revelado como algo meramente superficial, simplesmente de conservação ou de manutenção das características físicas e estéticas do edifício. No entanto, dado o estado

³⁶ Ver Moneo, Rafael, *Costruire nel costruito*, 2007.

de partida desta última parte da construção, era inevitável um processo altamente transformativo e certamente regenerativo ou mesmo fundador. O que transparece é, na essência, uma compreensão do significado histórico e essencial daquele lugar, mas o que resultou foi um ato profundamente transformativo do espaço, gerando uma espécie de revelação ou de epifania daquele sítio.

Conhecendo os arquitetos, era expectável uma renegação de qualquer tentativa de restauro por semelhança ou mesmo de esforço de aplicação de metodologias mínimas interventivas. Na verdade, aquilo a que se esperaria era claramente um restauro criativo, suficientemente alicerçado na complexidade de um programa funcional, e obviamente muito sujeito à aplicação de um conceito e à materialização de uma ideia muito emergente.

Assim, mais importante de que o valor do edificado, que particularmente massacrado chegou até à contemporaneidade, é importante salientar a sua *dimensão mnemónica*³⁷, o seu valor enquanto objeto único e evocativo de uma memória decisiva para a universidade. O Colégio da Trindade, enquanto *lugar de memória*³⁸, aparece epidermicamente associado ao papel desempenhado pelas ordens religiosas, em contexto coimbrão, no desenvolvimento e na consolidação das pedagogias e dos métodos assertivos de ensino e de transmissão do conhecimento. E, quer a manutenção do nome, que associa o espaço ao legado da Ordem da Santíssima Trindade, quer o simbolismo do espaço físico ajudam a densificar as memórias, a manter viva uma chama que, na sua génese, constitui um incontornável testemunho de um passado longínquo, mas resgatável. Não se trata da tentativa de reviver qualquer lembrança ou sobretudo de incutir algum sentimento de nostalgia; aquilo que interessa expor é a consciência de um legado com enorme história e certamente possuidor de um valor de antiguidade intrínseco. Mas, e porque o *valor de antiguidade* é normalmente descrito em oposição ao *valor de contemporaneidade*³⁹, em correto rigor, no contexto da intervenção arquitetónica no Colégio da Trindade, estes dois valores aparecem em simultâneo, em atitude de serena tensão. Arquitetonicamente estabilizados, equilibrados e com autonomia suficiente para manterem a sua personalidade.

³⁷ Recht, Roland, *Penser le patrimoine, mise en scène et mise en ordre de l'art*, Hazan, Paris, 1988, p. 7.

³⁸ Este conceito é inspirado no título e no tema da obra *Les Lieux de mémoire*, sob a direção de Pierre Nora e publicado pelas edições Gallimard entre 1984 e 1992.

³⁹ Sobre o *valor de antiguidade* e de *contemporaneidade* ver Riegl, Alois, *Le culte moderne des monuments*, Éditions du Seuil, Paris, 1984, pp. 64-73.

O corpo edificado apresenta-se, por natureza, como um local privilegiado para a evocação da história e de avivamento de acontecimentos ou de determinados factos. E, sendo a memória uma componente muito alicerçada no conhecimento e na construção individualizada, a história pretende ser e abranger uma narrativa mais dilatada e consensualizada. Assim, a história é sempre uma tentativa de reconstrução de um tempo passado, um esforço de apresentação e de uma narrativa sobre algo, que, pelo menos em alguns dos seus aspetos, já não existe nem se consegue recriar. Todavia, o edificado ajuda literalmente a tomar consciência de determinadas contingências históricas, serve para consolidar impressões e discernir qual o valor de uma construção para efeitos de determinadas narrativas, para dar corpo e génese ao património. Logo, o edificado ajuda à evocação, torna presente, a partir da nossa memória, determinado acontecimento ou facto, não lhe competindo utilizar a fossilização como argumento para manter viva uma reminiscência ou ajudar a dar visibilidade a uma recordação. A simples presença de um monumento histórico não pode cercear liminarmente qualquer pensamento criativo e interventivo. Mas, essa ação não pode ser demasiada interventiva, colocando em risco o valor e o legado de que o edifício é veículo e fator de rememoração. Na prática, qualquer ação concertada de restauro, de adaptação, de reuso, deve ter como principal enfoque assegurar o *prestígio do*

*património*⁴⁰ onde se intervém. Este é certamente um desígnio estruturante e deve sempre ser a coluna vertebral que está implícita em qualquer ação sobre um qualquer espaço arquitetónico. E, no contexto da proposta dos arquitetos Aires Mateus, a exuberância da solução proposta, por comparação ao que restou do edifício antigo, apresenta uma notoriedade tal que contribui para o esquecimento da preexistência. Um dos problemas que pode advir de ações muito transformativas da realidade dos monumentos é precisamente a circunstância de a natureza do projeto e da imagem resultante ter como consequência uma alteração profunda da estrutura e da espacialidade do edifício dando outra leitura à construção. Daí que, em contextos de reutilização dos espaços, onde normalmente ocorrem maiores e mais profundas alterações funcionais, dá-se aquilo que se pode designar como uma metamorfose do espaço, que nalguns casos, se estende ainda a uma metamorfose do edifício. Neste último caso, para além da transformação da dinâmica organizacional e funcional do edifício, ocorre cumulativamente uma alteração profunda da volumetria ou dos elementos compositivos exteriores. No caso em apreço, existiu objetivamente alguma transformação volumétrica do edificado e, naquilo que teve a ver com as fenestraçãoes, foram intencionalmente decorrentes de necessidades funcionais do projeto, de tamponar

⁴⁰ Babelon, J.-P., Chastel, André, *La notion de patrimoine*, p. 79.



com alvenaria alguns vãos, mas mantendo a sua moldura com cantaria. No caso das alterações volumétricas mais proeminentes, a situação de maior destaque é a definição de um terceiro piso na zona do claustro e obviamente a transformação e redesenho da cobertura de todo o edifício que passou da tradicional telha de barro vermelho para uma superfície ventilada em pedra de lioz. Esta nova materialidade altera substancialmente a leitura do edifício, até porque esta tem uma forte visibilidade a partir do pátio do Paço das Escolas. No entanto, esta nova textura e aparência cromática, permite a quem se encontra no meio do Pátio da Universidade ter a percepção de que a coloração creme se estende para além do limite do varandim, induzindo nos espetadores mais incautos a sensação de que aquele espaço se dilata espacialmente e se debruça sobre o Colégio da Trindade. Este efeito é claramente um efeito — pelo menos — resultante da intervenção e que altera a leitura que se faz daquele espaço.

No contexto de necessária renovação criativa dos espaços universitários na Alta Universitária de Coimbra, a Casa da Jurisprudência é, claramente, uma aposta ganha. Uma implementação que vai renovar a vida académica num espaço há demasiado tempo condenado ao abandono sanitário, que projetará vivências e conteúdos decididamente qualitativos para o futuro da Faculdade de Direito e, por extensão, de toda a academia. A reposição daquele espaço enquanto lugar referenciável, apetecido, irrepreensível, determinante, é tarefa que muito dificilmente se pode fazer reverter. Aquele lugar, sob a magia dos irmãos Aires Mateus, encontrando um peculiar espírito de sítio, resgatou a arte do lugar que Norberg-Schulz amiúde referencia e que tanto pode ter contornos fundacionais como representar ação concertada de preservação da unidade e do valor do espaço.⁴¹

Veremos como este projeto desenhado para um programa específico, usado para outro fim, se irá comportar no decurso do tempo. Um tempo contínuo e implacável perante desempenhos esgotantes e nem sempre muito toleráveis com materiais frágeis e pormenores menos robustos. Este é um edifício que, para ter um envelhecimento digno, vai precisar de cuidados atentos, contínuos e persistentes. Este é um projeto que fará *reviver no presente um passado engolido pelo tempo*, de modo duradouro, mantendo vivas usos antigos segundo novas e renovadas perspetivas.⁴²

⁴¹ Norberg-Schulz, Christian, *L'Art du lieu. Architecture et paysage, permanence et mutations*, Le Moniteur, Paris, 1997, pp. 297-298.

⁴² Choay, Françoise, *Alegoria do Património*, Edições 70, Lisboa, 2010, p. 25.

Esta foi uma obra que gritantemente se tornou necessária porque a erosão do tempo suscitou e determinou a necessidade da sua recriação. Entretanto, o edifício do Colégio da Trindade aspira a desempenhar com serenidade os seus requisitos de funcionalidades, sabendo nós que o melhor trabalho resulta quando o seu autor soube combinar com mestria o respeito pelo antigo com o comando controlado do novo.⁴³

No tempo atual, como em qualquer outro tempo, a partida não se joga somente perante um horizonte onde se coloca a ênfase na preservação do património, mas é crucial criar mecanismos e gerar ofertas para que esse legado se mantenha vivo e que, paralelamente, se tenha o engenho e a arte para continuar a produzir novo património para as gerações futuras.

Terminadas as obras, o Colégio da Trindade — agora Casa da Jurisprudência — oferece-se com esplendor à cidade, trazendo à luz um presente remanescente, acabado de se reconfigurar, tornando pleno e utilitário um edifício que, sem pudor, se apresenta com muito mais futuro do que nós humanos, mortais, que o contemplamos e dele usufruímos.⁴⁴

⁴³ Bloszies, Charles, *Old Buildings, New Designs*, Princeton Architectural Press, Nova Iorque, 2012, p. 47.

⁴⁴ Didi-Huberman, Georges, *Diante do Tempo*, p. 10.

An aerial photograph of a large, modern building complex with a central courtyard. The building has a light-colored, textured facade and a flat roof. The courtyard is green and contains a few small structures. The building is surrounded by other buildings and a street with parked cars.

A INAUGURAÇÃO DO COLÉGIO DA TRINDADE, CASA DA JURISPRUDÊNCIA

JOÃO GABRIEL SILVA
Reitor da Universidade de Coimbra



INAUGURAÇÃO DO COLÉGIO DA TRINDADE, CASA DA JURISPRUDÊNCIA

JOÃO GABRIEL SILVA

Reitor da Universidade de Coimbra

Senhor Primeiro Ministro de Portugal, agradeço-lhe muito que tenha vindo partilhar connosco a alegria que é a inauguração deste edifício. A recuperação daquela que era a última grande ruína na alta universitária, fruto de uma longa degradação que culminou numa grave derrocada no já longínquo ano de 1988, tem tremendo valor simbólico nesta zona classificada pela UNESCO como património da humanidade, sendo a maior obra efetuada no pólo histórico da Universidade de Coimbra desde a construção dos edifícios do Estado Novo.

Quero começar por prestar pública e muito sentida homenagem a algumas pessoas que se destacaram no enorme esforço coletivo que permitiu atingir este resultado, que nos orgulha. Ao Vice-Reitor e arquiteto Vítor Murtinho, que coordenou todo este projeto, cheio de desafios técnicos pela forma incomum como está feito, baseado em boa parte numa estrutura metálica, interior às paredes antigas. À administradora da Universidade, Dra. Teresa Antunes, que conseguiu em situação muito difícil, que muitos achavam impossível, obter todas as autorizações necessárias, incluindo uma resolução do Conselho de Ministros, a viabilizar a obra, para além de conduzir com grande maestria a sua execução administrativa e financeira. À Prof.^a Ana Abrunhosa, Presidente da CCDRC, que aceitou o risco que esta obra representava, feita em prazos impossíveis e com dificuldades técnicas de assustar, mas confiou na capacidade de a Universidade a concretizar e libertou decisivos fundos europeus estruturais para a sua construção. Lembro tam-



bém, com saudade, o Eng. Rui Prata Ribeiro, que coordenou a fiscalização da obra, mas infelizmente nos deixou perto do seu final. Um agradecimento muito especial para o anterior Reitor, Fernando Seabra Santos, que promoveu inúmeros trabalhos preparatórios, em particular a elaboração do projeto que agora foi concretizado. Sem qualquer uma destas pessoas, este projeto não se teria concretizado.

Com este edifício a Universidade de Coimbra fica mais capaz de cumprir a sua missão.

Mas quis o destino que dirigisse umas palavras a tão distinta audiência depois da catástrofe que assolou Portugal nos últimos meses. A zona centro, em que nos inserimos, é a mais afetada, e não podemos ignorá-lo. A missão da Universidade passa também por estudar e propor soluções para os problemas da sociedade, e os incêndios são um enorme desafio para Portugal.

Vou por isso, Senhor Primeiro Ministro, partilhar consigo, e com todos



os presentes, embora de forma telegráfica, algumas ideias suscitadas pela intensa reflexão que tem sido feita sobre este tema, também no interior da Universidade de Coimbra. Nas Universidades temos o enorme privilégio de poder pensar a mais longo prazo, e tentar, para além das ações de curto prazo, identificar as tendências de longo prazo.

Clarifico desde já que não vou fazer qualquer acusação a este Governo, que entendo que não tem mais responsabilidade do que os que o precederam, de há muitos anos a esta parte. É uma reflexão que pretendo totalmente construtiva, mas sem disfarces.

Entendo que há três questões chave que condicionam qualquer resposta eficaz ao problema dos incêndios.

A primeira é a absoluta necessidade de nos adaptarmos às alterações climáticas, que já não são reversíveis, embora possam, e devam, ser o mais atenuadas possível. Podemos resumir em quatro palavras o que estas representam



para Portugal: o Saara vem aí. Temos pela frente um muito difícil trabalho de adaptação a esta evolução, seguramente na gestão das florestas, mas também na gestão da água, na transformação da agricultura, da arquitetura, da energia, etc., se não quisermos ser mesmo um deserto. É uma tarefa que exige muito ao Estado, onde não se poderá «fazer como sempre se fez».

O que nos leva à segunda questão, a da competência do Estado para fazer essa transformação. Não estou a focar no Governo, mas sim nas estruturas intermédias do Estado, onde são tomadas muitas das

decisões que de facto afetam o dia-a-dia das pessoas. Desde tempos imemoriais, de muito antes do 25 de abril, os lugares intermédios do Estado têm sido preenchidos por critérios que nada têm a ver com o mérito, mas apenas com obediências partidárias e de grupo, relações familiares e de vassalagem. Sem que o mérito passe a ser o critério efetivo de escolha, não teremos qualquer capacidade de nos adaptar às alterações climáticas, nem de gerir a floresta, nem o território, e o Saara chegará. Saúdo o anúncio feito pelo Governo de os lugares da Proteção Civil passarem a ser preenchidos por concurso, mas mais do que isso espero que sejam preenchidos por mérito, que é algo de bem mais profundo que apenas fazer concursos, que são indispensáveis, mas que com facilidade são manipuláveis, se não houver imenso cuidado na sua condução. E é preciso depois acompanhar o que vai sendo feito: comissões verdadeiramente independentes, como as que foram convocadas agora, devem ser chamadas com regularidade a pronunciar-se, independentemente das catástrofes, para avaliar o que está ser feito, e corrigir o rumo.

A terceira questão, Senhor Primeiro Ministro, é a mais difícil, e resume-se ao seguinte: sem gente que ocupe o território, não há solução. Dentro de cerca de 10 anos, imensas aldeias estarão desertas, por já não haver ninguém vivo, por força da idade dos que ainda lá estão. Imensas vilas estarão como aldeias, e imensas cidades como vilas. As pessoas abandonaram grandes extensões do território por uma só razão: não tinham lá emprego. Não há outra razão relevante. Como se combate isso? Alterando os nossos critérios de decisão coletivos.

Deixe-me que lhe confidencie algo que fazemos correntemente, aqui na Universidade de Coimbra: quando planeamos algo de verdadeiramente arrojado, na fronteira do conhecimento, fazemo-lo em segredo. Para não perdermos propriedade intelectual? Um pouco. Para publicarmos os resultados primeiro? Limitadamente. O objetivo principal é que as pessoas da capital não nos boicotem. Chegamos a não ir procurar financiamentos aos fundos estruturais, porque se o fizemos na capital vão saber deles, pois as avaliações são sempre feitas na capital, e vão encontrar forma de levar esses projetos para outro lugar, ou de impedir que se concretizem. Colocar no terreno projetos arrojados já é difícil que chegue; não precisamos de contra vapor.



Os argumentos para levar os melhores projetos para as grandes áreas metropolitanas são bem conhecidos: maximizar a massa crítica, estar no local onde se faz mais investigação, estar perto dos aeroportos, dos locais com mais empresas, com mais serviços, com mais pessoas doentes, com mais pessoas com saúde, com mais estruturas culturais, com mais isto ou mais aquilo. Estes são os argumentos perfeitos para tornar ainda maior o que já é grande, e tornar ainda mais pequeno o que já é pequeno, pois os lugares pequenos nunca poderão competir com os grandes, se o argumento, num formato ou outro, é o argumento do tamanho. São estes argumentos concentracionários que têm vindo a desertificar o país, cada vez mais.

Já estou a ouvir quem achará que estou louco ao dizer isto: mas então, num país com poucos recursos, este ainda os quer dispersar mais, torná-los ainda menos capazes de competir?

Na Alemanha, poucos anos depois da reunificação, quando a capital voltou a ser Berlim, o parlamento federal tomou a inexplicável decisão, à luz dos nossos critérios de planeamento, de retirar de Berlim o único Tribunal Superior que lá estava, o *Bundesverwaltungsgericht*, o Supremo Tribunal Administrativo, e mudá-lo para Leipzig. Os seis tribunais superiores alemães estão todos fora da capital, espalhados por várias cidades intermédias. Porquê? Porque os alemães acreditam que ficam mais fortes, que ficam mais competitivos, se aproveitarem bem todo o seu território. Acreditam que é uma má ideia desperdiçar parte desse território concentrando em demasia.

Nenhuma das grandes empresas multinacionais alemãs está sedeadada em Berlim. A Volkswagen está em Wolfsburg, a Siemens em Erfurt, a Bayer em Leverkusen, a BMW em Munique, a Mercedes em Estugarda, etc., etc.. Uma distribuição similar pelo território pode ser encontrada noutros países como a Holanda, a Dinamarca, a Suécia, a Itália ou a Áustria.

Portugal precisa, se quer vencer a batalha pela preservação do seu território, de ter uma política ativa de distribuição da atividade económica e das estruturas centrais do Estado pelo seu território. Não sucursais, não delegações, mas as próprias estruturas centrais.

Um belo exemplo são as estruturas de gestão dos fundos estruturais. Porque estão quase todas na capital? Porque é que a gestão do COMPETE não está em Braga? Porque é que a gestão do Interreg não está em Bragança? Porque é que a gestão do PO SEUR não está em Faro? Porque é que a gestão do POCH não está em Viseu? Porque é que a gestão do PDR não está em Castelo Branco? Os fundos estruturais criam milhares de postos de trabalho

para a sua gestão. Distribuí-los pelas zonas mais desfavorecidas deveria ser o primeiro passo a dar para ajudar essas zonas desfavorecidas. Também há pessoas inteligentes e capazes fora da capital.

Posso dar o exemplo dos Tribunais. Porque não está o Tribunal Constitucional em Coimbra? Porque não está o Supremo Tribunal de Justiça no Porto? O Tribunal de Contas em Tomar? O Provedor de Justiça em Évora? Não resisto a dizer que o Instituto Camões deveria estar em Coimbra, cidade berço da língua e da cultura portuguesas. Etc., etc..

Senhor Primeiro Ministro: não estou a lamentar-me, não estou a pedir nada, não estou a arranjar justificações para nada. Estou apenas a constatar, com frieza, a realidade. Na Universidade de Coimbra estamos a fazer o nosso caminho, sabendo do país hipercentralizado que somos. O financiamento direto europeu que conseguimos é cada vez maior, temos a melhor incubadora de empresas de Portugal, somos a única universidade portuguesa que produz medicamentos para o mercado, somos a mais global das universidades portuguesas, a que atrai mais estudantes internacionais. Ainda há dois dias recebi uma condecoração dada pelo Governo Brasileiro, em reconhecimento disso mesmo.

Mas a larga maioria do país não tem a capacidade de se projetar para fora de fronteiras que a Universidade de Coimbra tem, uma estratégia para a qual este Colégio da Trindade, Casa da Jurisprudência, que hoje inauguramos com júbilo, é mais um dos esteios.

Portugal tem recursos demasiado limitados para nos podermos dar ao luxo de desperdiçar 80% do nosso território, concentrando tudo em duas grandes áreas metropolitanas. O resto do país, Senhor Primeiro Ministro, não tem futuro se não passar a haver uma política deliberada de distribuir pelo território as estruturas centrais do Estado. Se não houver uma política muito ativa de distribuir a atividade económica por todo o país. Só assim voltará todo o nosso espaço a estar ocupado, a estar devidamente cuidado, a contribuir para a prosperidade do país.

A Universidade de Coimbra, como sempre fez, está pronta para colaborar nesse grande desígnio nacional.



O NOVO COLÉGIO DA TRINDADE, E O SEU NOVO DESTINO

RUI DE FIGUEIREDO MARCOS

Director da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra



O NOVO COLÉGIO DA TRINDADE, E O SEU NOVO DESTINO

RUI DE FIGUEIREDO MARCOS

Director da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

SENHOR REITOR DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
SENHOR PRIMEIRO-MINISTRO DE PORTUGAL
SENHOR PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
EXCELENTÍSSIMAS AUTORIDADES, JUDICIAIS, CIVIS,
ACADÉMICAS, MILITARES E ECLESIÁSTICAS
ILUSTRES CONVIDADOS
SENHORES DOUTORES
SENHORES ESTUDANTES
SENHORAS E SENHORES

«Nas margens deliciosas do aprazível Mondego, rio famoso, e muito celebrado entre os nossos Poetas Portuguezes, está fundada esta nobre, e ilustre cidade, em que se acha este Collegio. Fórma ao longe huma bella, e agradável vista, donde os Estrangeiros lhe chamão Cidade ridente». Palavras bem colocadas, formosas e ridentes, como estas, é o que a circunstância dita.

E quem as escreveu? Nada menos do que Frei Jerónimo de S. José, Cronista, Definidor e Visitador Geral Apostólico, na sua torrencialmente copiosa «História Chronologica da Esclarecida Ordem da Santíssima Trindade».

Saíram da pena de Frei Jerónimo de S. José, exactamente para servirem de pórtico a um capítulo que dedicou à fundação do Colégio da Trindade de Coimbra mandado edificar pela sereníssima Rainha D. Catarina de

Áustria em 1562, no local em que hoje se encontra. Descobriu este singular sítio e adquiriu-o, a mando da soberana, Frei Roque do Espírito Santo, o Vigário Geral dos Trinitários. Tal como dez anos antes, por volta de 1552, quando o Colégio da Trindade se instalara perto da Sé Velha, continuou a gozar dos benignos influxos do clima e da vistosa amenidade do rio Mondego.

Uma menção copiosa de palavras não menos ridentes, festivas em grande abastança e abundantes em gratidão são devidas ao Senhor Reitor João Gabriel Silva e ao Senhor Vice-Reitor Vítor Murtinho, pela acendrada dedicação e visível êxito com que conduziram a muito exigente obra de recuperação do Colégio da Trindade. A todas as luzes, e por todos os lados, ressalta o talento exibido pelo projecto Aires Mateus, bem nítido na busca de soluções que combinam, em pensada medida, a harmonia e o ar-rojo. Desde que criativo e respeitador, o trabalho de restauro mostra-se susceptível de se incluir entre as obras de arte. Uma coisa é certa. O novo Colégio da Trindade já se converteu, mesmo antes de ser inaugurado, em admirável objecto de contemplação e de estudo por parte dos cultores da arquitectura.

SENHORAS E SENHORES

À maneira da velha autoridade superlativa de um velho mosteiro medievo, do púlpito da Sala do Capítulo onde decorria uma congregação plenária, ousaria começar por dizer, se coubesse no possível, também eu com ar con-spícuo: *Loquamur de Ordine Nostra*. Falemos da nossa Ordem. Pois bem. É o que vou fazer. Falemos então um pouco da Antiga Ordem da Trindade e da Nova Ordem da Trindade, prestes a instalar-se.

Vem de molde lembrar que a Ordem da Santíssima Trindade remonta ao crepúsculo do século XII e ao pontificado de Inocêncio III. O Papa, através da *Bula Operantae Divinae Dispositionis*, erigiu a Ordem da Santíssima Trindade e estabeleceu a sua regra.



A Ordem nasceu com a sina fundacional de remediar uma chaga aberta na sociedade e que, durante séculos, não parou de sangrar. Era o flagelo do cativo dos cristãos, caídos em poder dos muçulmanos ou até de piratas. Daí a denominação de Ordem da Santíssima Trindade da Redenção dos Cativos.

Os muçulmanos, nos alvares da nossa nacionalidade, lançavam-se em constantes razias pelo litoral da Península Ibérica. Capturavam cristãos e exigiam somas avultadas pelo resgate dos cativos. As conquistas africanas e, mais tarde, o desastre de Alcácer Quibir produziram legiões de cativos. Foram muitas as redensões gerais feitas em Marrocos e extensas as listas dos cativos que se iam resgatando. Saliente-se que o manto redentor alcançava cativos de bem diversa condição.

Apenas um exemplo ilustrativo. Frei Roque do Espírito Santo fez oito redensões gerais, no âmbito das quais resgatou três mil cativos.

Na ponderação do cronista maior da Ordem da Trindade, «são para Deus trino todas as obras de misericórdia muito preciosas, e agradáveis; porém aquella em que parece emprega mais a sua Divina clemencia, he a redempção dos cativos». Uma redenção que ultrapassava o propósito de evitar o sofrimento e a morte física. Visava, acima de tudo ou a seu lado, afugentar a apostasia induzida. Por isso, Santo Ambrósio entendia-a como a virtude mais sublime «porque livrava aos nossos próximos dos perigos anexos do cativeiro, que são a morte da alma na perda da Fé; e a morte do corpo na privação da vida».



Não pretendo enfastiar, muito menos martirizar, a paciência de Vossas Excelências, desfiando o martirólogo dos membros da Ordem da Trindade ou as suas façanhas humanitárias que envolviam uma espécie de *se nexum dare* ou até de permuta pessoal. No entanto, seja-me permitido acrescentar que, no decorrer do tempo, a Ordem da Trindade alargou o seu raio de acção aos pobres e aos doentes.

E fê-lo com irrepreensível coerência no quadro caritativo das obras de misericórdia. A mesma coerência que mostrou o Papa Francisco quando, a partir de Dezembro de 2015, resolveu convocar um ano Jubileu da Misericórdia.

Sem dúvida que o resgate dos cativos constituía uma louvável *restitutio libertatis*. Mas as grandes fontes de cativo, na actualidade, são precisamente a doença e a pobreza. Bem precisávamos, nos dias que correm, de uma poderosa Ordem de Redenção dos Cativos, agora em vestes estatais, que ajudasse a libertar os doentes das insuportáveis grilhetas da doença, os pobres das infundáveis cadeias da pobreza e os portugueses do interior das traiçoeiras línguas de fogo.

Nestas observações não estou só. Tenho a magnificente companhia de um venerado Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Coimbra. De redenção aos excluídos e oprimidos nos complexos cenários da sociedade contemporânea sob o lema multisecular *Gloria Tibi Trinitas et Captivis Libertas* falou o Papa João Paulo II, na mensagem que redigiu, no vigésimo ano do seu Pontificado, em 1998, por ocasião do VIII Centenário da Aprovação da Regra da Ordem da Santíssima Trindade.

SENHORAS E SENHORES

Após 1537, D. João III intentou promover em Coimbra um ensino jurídico digno dos ventos renascentistas. Sopravam então sob o signo erudito do humanismo jurídico pautado pelos exigentes métodos histórico-críticos ou cujácianos.

O monarca, tocado por alvitres internacionalizadores, colocou olhos fitos na Europa. As Faculdades de Leis e de Cânones muito beneficiaram da atitude decidida do monarca.

De Lisboa, Gonçalo Vaz Pinto foi o único lente de Leis a merecer a distinção de transitar para Coimbra, sendo reconduzido em funções na importante cadeira de *Prima*. D. João III fez autêntica profissão de fé no enriquecimento do corpo docente universitário à custa do prestígio e da acção de mestres insignes trazidos do estrangeiro.

Graças à *intercessio* do Imperador Carlos V, cunhado de D. João III, rumou a Coimbra o maior canonista do mundo Martin de Azpilcueta, cuja fama e vencimento rivalizavam em grandeza. Avultam ainda os nomes dos civilistas Fábio Arcas de Narni e Ascânio Escoto.

Atraíram-se, por outro lado, os portugueses diplomados no estrangeiro que haviam atingido notoriedade. Assim sucedeu com Manuel da Costa e Aires Pinhel. Formados em Salamanca, afirmaram-se, à maneira renascentista, como juristas de fina estirpe e como inspirados poetas. Nada do que

era culturalmente humano lhes podia ser alheio. Ainda neste grupo, devem incluir-se Heitor Rodrigues, também ele *Alumnus Salmanticensis*, e o cano-nista Bartolomeu Filipe. O magistério deste escol de professores constituiu um impulso decisivo para que o clarão do humanismo jurídico viesse a raiar, embora fugazmente, no ensino do direito.

Mas nem só com o ensino universitário se preocupou D. João III. O trato íntimo com modelos estrangeiros levou a que, à imagem de outros centros culturais europeus, entretencesse uma ampla rede de colégios. Estavam destinados a gravitar em torno do astro central que era a Universidade. Na altura do falecimento de D. João III, em 1557, contavam-se por catorze os colégios universitários de Coimbra e floresceriam até ao ponto de ultrapassarem as duas dezenas no século XVIII.

Obedeciam a finalidades diversas. Um, o Real Colégio das Artes, oferecia os estudos habilitantes para o ingresso nas Escolas Maiores, onde residiam as quatro grandes Faculdades. Outros, como o Colégio de S. Pedro e o Colégio de S. Paulo, acolhiam colegiais que se preparavam, quer para a carreira universitária, quer para o concurso a lugares de relevo na administração pública. Logo que lograssem alcançar colocação no professorado ou em certo cargo, abria-se vaga no colégio. Outros ainda, sem dúvida os mais numerosos, reuniam alunos, clérigos ou leigos, que viviam colegiados no decurso da sua formação.

A última categoria de colégios que mencionámos começou por incluir agremiações de estudantes seculares pobres. Rapidamente se extinguíram famintos de recursos. Conheceram melhor sorte os amparados por Ordens Militares e os saídos da iniciativa de Ordens Monásticas. Nesta linhagem ilustre se inscreveu o Colégio da Trindade.

As rendas, as dádivas de benfeitores e a munificência régia constituíam as principais fontes de sustentação dos colégios. É sabido que o Colégio da Trindade, pelo tempo adiante, foi contando com esmolas de peditórios, legados e legítimas de religiosos e diversas espécies de foros que produziam um significativo rendimento. Em obediência a um preceito trinitário, aplicavam-se duas partes à realização de obras de misericórdia e ao amparo dos religiosos. A terceira parte ficava destinada, em exclusivo, ao resgate dos cativos encarcerados pelos pagãos em razão da sua fé.





SENHORAS E SENHORES

O quadro pintou-se de modo sugestivamente rútilo e com filamentos internacionais. Segundo reza a crónica setecentista, o Colégio da Trindade, à imagem de outros, cresceu «em virtudes e letras, criando muitos sujeitos, que depois forão Provinciaes, Inquisidores, Bispos, Arcebispos, Lentes da mesma Universidade e que passarão, como já dissemos, a ilustrar as Academias da Europa e da Grão-Bretanha».

Com o alvorecer do século XIX, as nuvens chegaram, as cores enegreceram e o céu desabou em tempestade. O Colégio da Trindade não tinha como resistir à abrupta extinção das Ordens Religiosas decretada em 1834. Viu-se desmantelado e, em 1849, foi vendido a um particular. No entanto, a igreja e o claustro conservaram-se na titularidade da Fazenda Nacional que os viria a ceder à Câmara Municipal de Coimbra. Conheceram desvairados destinos, nem sempre os mais dignos.

A Capela virou, inclusive, marcenaria. A mesma Capela que, outrora, sendo reputada uma das melhores da cidade, graciosa, bem proporcionada na arquitectura e pejada de ornatos, servira de Capela da Universidade durante o reitorado de Nuno da Silva Teles, no ano lectivo de 1696-1697, quando a capela de São Miguel se encontrava em obras.

SENHORAS E SENHORES

Das minhas leituras vadias, retirei, certa vez, um apontamento assaz curioso. Já muito andado o último quartel do século XIX, um grupo de estudantes da Faculdade de Direito oriundos do Porto, à falta de um ambiente de cultura física a que vinham habituados, decidiu arrendar a velha Igreja do Colégio da Trindade e transformá-la em ginásio, com a almejada feição acrobática e atlética.

Debelada a lacuna em matéria de educação física, um outro lamentado de um desses alunos de Direito permaneceu sem remédio, como decorre da sua magoada e triste confissão: «Em 1887 e nos anos que se lhe seguiram não existia em Coimbra, a não ser para pouquíssimos estudantes, naturais da própria cidade e que nela vi-

viam com suas famílias, a menor, note-se bem, a menor, possibilidade de vida em sociedade de convivência com senhoras. Eu tenho a absoluta certeza de que nunca falei com uma senhora de Coimbra durante os cinco anos que aqui andei. As meninas bonitas da terra eram pouquíssimas – pelo menos as visíveis. Eram pouquíssimas e célebres. A gente via-as de longe, e de longe a longe. Aos domingos, depois da missa, e no Jardim Botânico podíamos, durante meia hora ou três quartos de hora, passar por elas e admirá-las um pouco mais de perto, mas ainda assim, e do ponto de vista psicológico ou afectivo, como seres raros, extraordinários e longínquos. Era o contrário, exactamente o contrário, do que acontece nas universidades norte-americanas, onde, segundo se diz, os estudantes procuram, não principalmente a ciência, mas, antes de mais nada, convívio, sociedade, mundanismo, maneiras».

Um outro laço radioso, decerto insuspeito para muitos, liga o passado do Colégio da Trindade à cerimónia de inauguração de uma Casa da Jurisprudência que hoje aqui nos congrega. É que, pasme-se, funcionou no Colégio da Trindade, durante largo tempo, o Tribunal Judicial da Comarca de Coimbra. Havia-se transferido do velho edifício da Câmara Municipal no Mosteiro de Santa Cruz e para lá regressou após a conclusão dos novos Paços do Concelho.



Bem vistas as coisas, o Colégio da Trindade constitui um palco privilegiado. Já assistiu a pacientes *exercitationes* bíblicas. Passou às palpitantes *exercitationes* físicas. E encontrou agora acomodação conveniente para o desfrute de vibrantes *exercitationes* jurisprudenciais.

SENHORAS E SENHORES

Os edifícios acumulam aniversários, exibem as pregas do tempo, sorridentes ou sofridas, e também autorizam a ler a sua memória através das lembranças das pessoas que foram guardando. Algumas delas gravadas na pedra, como as inscrições que pertencem ao Colégio da Trindade e que Virgílio Correia e Nogueira Gonçalves compendiarão.

Do ângulo do direito, permito-me salientar a inscrição do lente António de Azevedo, da qual consta a menção *Iuris Civilis in Academia Egregius Doctor*. Ele que foi um dos alunos mais distintos do Colégio da Trindade. Ele que foi um reputado professor da Faculdade de Leis, na primeira metade do século XVIII, tendo regido as cadeiras de Instituta, depois a de Código, e, finalmente, a de Digesto Velho. Ele que, por morte, deixou uma grande quinta ao Colégio da Trindade no lugar de Fonte de Canas. Ele que, humanamente, se apresentava *docilis omnibus*, o que na altura não seria muito frequente e hoje continua a não ser. Encontra-se nos antípodas daquele lente que, no seu trajecto diário por Coimbra, escolhia as ruas menos concorridas, de molde a que o seu génio sublime não se visse perturbado pelo cumprimento a pessoas desqualificadas e sem o mínimo requinte genial.



CURSO DE JURISPRUDÊNCIA

O NOVO COLÉGIO DA TRINDADE E O SEU NOVO DESTINO



2018



FACULDADE de DIREITO UNIVERSIDADE de COIMBRA

PRAZO DE CANDIDATURA
até 15 de dezembro de 2017

DESTINATÁRIOS

Licenciados em Direito
Estudantes da Licenciatura em Direito (ao abrigo
do Regime das Unidades Curriculares Isoladas)

VAGAS

30

SERIAÇÃO

Classificação final da Licenciatura em Direito

AULAS

Início em 3 de fevereiro de 2018
Sábados: 10:30 – 13:00 • 14:30 – 19:30
Duração aproximada do Curso: 2 meses
(em função das unidades curriculares escolhidas)

Contactos

Pátio da Universidade • 3004-528 Coimbra PORTUGAL
Tel.: +351 239 859 801/02
Web: www.fd.uc.pt/cursojurisprudencia
email: cursojurisprudencia@fd.uc.pt

A conclusão do Curso de Jurisprudência apresenta um conjunto de vantagens com reflexos determinantes na vida profissional dos seus Auditores:

- O Curso é dotado de uma notória flexibilidade, permitindo, dentro de uma oferta ampla, uma escolha da maioria das unidades curriculares a frequentar;
- O Curso destina-se ao estudo de casos e à análise jurisprudencial;
- O Curso é lecionado não só pelos Professores da Faculdade de Direito, mas também por Advogados e Magistrados;
- O Curso permite uma preparação para o exercício das profissões forenses, incluindo o acesso ao Centro de Estudos Judiciários;

A conclusão do Curso confere o direito a uma certidão de de curso não conferente de grau (com 18 ECTS) emitida pela Universidade de Coimbra.

Uma outra lápide incrustada numa parede exterior regista que viveu no Colégio da Trindade José Simões Dias, político, jornalista, pedagogo e figura de vulto na literatura portuguesa do século XIX. Deputado às Cortes em 1879, notabilizou-se como autor da proposta, visando que o dia 10 de Junho, o aniversário de Luís de Camões, fosse considerado de gala nacional.

«Gosto pouco de poetas; gosto de pouquíssimos», disse Camilo Castelo Branco. E continuou: «Entre os que conheço, guardo Simões Dias no pequeno raio das minhas estantes consagradas aos bons».

Da obra poética de José Simões Dias tomei de empréstimo, com o abuso de os arrancar de um universo formoso, estes versos que bem podiam ser ditos por um velho magistrado na aula inaugural de um Curso de Jurisprudência, no Colégio da Trindade:

«Em prol da commum causa aos céos levanto
Minha experiente voz; e, conto, amigo
co'a mão na consciência expor-lhe franco
Os alvitres que a pratica me ensina».

SENHOR PRIMEIRO-MINISTRO

SENHORAS E SENHORES

São exactamente os esplêndidos e fecundos alvitres da prática jurisprudencial que começarão a ecoar nesta antiga Capela, cuja primeira pedra foi colocada, há precisamente quatrocentos e trinta anos, em 1587, pelo Reitor da Universidade de Coimbra e reputadíssimo teólogo Dom Fernando Martins de Mascarenhas.

Nem por um instante duvido que o Reitor Dom Fernando Martins de Mascarenhas conhecesse a tão decantada e afinada definição romana de jurisprudência e que Ulpianus recolheu e formulou lapidarmente: «*Iuris prudentia est divinarum atque humanarum rerum notitia, iusti atque iniusti scientia*». Na ânsia prudencial de buscar o justo e de evitar o injusto, não admira que a jurisprudência se visse como a ciência do justo e do injusto, tendo como pressuposto certas coisas divinas e certas coisas humanas.

Sublinhavam os clássicos que também importa conhecer o injusto para discernir o seu contrário. Não vou prosseguir neste trilho que me transportaria à discutida concepção medievá que encarava a jurisprudência, na linha de Acúrsio, como a ciência do direito à qual fora cometida a missão de executar a *virtus* da justiça. Tão-pouco me enredarei na descença jurisprudencial de Pascal, para quem não havia quase nada de justo ou de injusto que não mudasse de qualidade, mudando de clima.

Agora, o que não devo ocultar, neste momento, é o prolongado culto prestado à jurisprudência no ensino jurídico coimbrão. Dos livros de consultas e de decisões forenses dos nossos antigos praxistas ao desvelo por aquilo que já designavam por «Jurisprudência Prática» os Estatutos Pombalinos da Universidade de 1772. Desenhara-se o ambicioso projecto de nada surpreender os futuros juristas na vida real através de completas simulações processuais.

Do desterro do seco verbalismo em tom pastoral sentenciado pela Reforma dos Estudos Jurídicos de 1911 à disciplina de «Direito Civil Desenvolvido». Centrava-se na abordagem esgotante de um problema concreto segundo o *case-method* tomado da Universidade de Harvard por aquela esmeradíssima reforma.

Da prestigiosa *Revista de Legislação e de Jurisprudência* ao dever legal que impendia sobre os presidentes dos tribunais judiciais portugueses, a partir de 1913, de enviarem uma provisão sempre fresca de sentenças e de acórdãos que o *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra* tinha por missão recolher, de molde a alimentar um renovado ensino prático.

Do esconjuro de um descarnado dogmatismo ao *agere* prudencial tão exuberantemente exibido por alguns dos nossos Mestres. E de que maneira sublime o ilustra a figura do nosso muito estimado Doutor Francisco Pereira Coelho, cujos alunos experimentavam a forte impressão de uma inteligência carinhosa que os guiava, sem galas, nem alardes, nas rotas meândricas do saber jurídico, polarizado em torno de magníficos lances prático-problemáticos.

SENHORAS E SENHORES

Não mereceria indulgência, porém, se não sublinhasse a actual matriz metodológica coimbrã. Encontra-se em rematada concórdia com o Curso de Jurisprudência que se pretende implantar no Colégio da Trindade.

O pensamento jurídico, sabemo-lo hoje, de novo, mas renovadamente, *iurisprudential*, e vê-mo-la com os olhos do nosso exímio Mestre Doutor Pinto Bronze, normativo-juridicamente intencionada, dialógico-argumentativamente estruturada, e problemático-concretamente enucleada. Sempre e sempre comprometida com a realização judicativa do direito. Ora, esta realização implica um juízo que ajuíze, um juízo que Kant caracterizou «como a faculdade que entra em jogo sempre que nos confrontamos com







casos particulares» e a que a nossa Escola de Coimbra tem vindo a dedicar a maior atenção por reconhecer nele o acto predicativo do jurista.

SENHOR REITOR DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

SENHOR PRIMEIRO-MINISTRO

SENHORAS E SENHORES

Não é só o Curso de Jurisprudência que o Colégio da Trindade albergará. Aqui ficará também convenientemente instalado o centenário Instituto Jurídico da Faculdade de Direito de Coimbra. Desde o seu primeiro sopro, professou a crença inabalável de que o ensino não devia exaurir a actividade de um docente de Direito. O universitário precisa sempre da investigação para fazer respirar o seu ensino. Uma teia científico-cultural e didáctica que se entretete de aquisições recíprocas.

O Instituto Jurídico representa a face disquisitiva da Faculdade de Direito. Há pouco reerguido, recebeu a missão árdua de promover o avanço da investigação em modo colectivo.

Mostrou já, sob os diversos ângulos em que pode ser apreciado, incluindo o da internacionalização, uma desbordante actividade repleta de visíveis êxitos. Tudo debaixo da orientação tão preciosa quanto profícua de um experiente timoneiro, consagrado por plúrimas travessias institucionais, que é o Doutor Rui Manuel Moura Ramos.

SENHOR PRIMEIRO-MINISTRO

Temos uma Casa de Investigação.

Temos uma Casa de Jurisprudência.

Falta-nos uma Casa da Livraria.

Como escreveu um luminoso humanista português do século XVI, «assim como o ourives sem variedade de instrumentos mal poderá lavrar as suas delicadas jóias; assim o letrado sem variedade de livros mal saberá aproveitar-se dos trabalhos alheios». A centenária Biblioteca da Faculdade de Direito é preciosa. Senhora de riquíssimos fundos, rivaliza com as grandes bibliotecas jurídicas europeias e representa um poderoso factor de atracção para professores e estudantes, incluindo as legiões estrangeiras.



No entanto, a magnífica estantaria da Biblioteca serpenteia pelos corredores da Faculdade. Orna as paredes das belas salas do Instituto Jurídico. Sobem até à Torre da Universidade. Desce para a Sala das Revistas nos baixos dos Geraís. Corre através de dois andares do Colégio de S. Pedro. Enfim, espreita a cada esquina. Precisamos de uma Casa da Livraria para eliminar esta terrível dispersão.

A expansão da Biblioteca da Faculdade de Direito sofreu muito cedo constrições pela falta de espaços condignos. Os queixumes remontam, pelo menos, a 1928. Escutemos as palavras autorizadas do Doutor José Alberto dos Reis, ao tempo Director da Faculdade: “A Biblioteca do Instituto Jurídico está lutando com falta de espaço para as suas acomodações. Precisa de se alargar e de se estender e não tem para onde. Torna-se indispensável adquirir novas instalações. No local onde actualmente se encontra a Biblioteca chegou-se ao extremo limite. Avançou-se até onde se podia avançar. Há que sair para fora deste local. Há que procurar noutra parte o espaço que aqui nos falta. Dispõe a Faculdade de duzentos contos para o alargamento e a ampliação da Biblioteca do Instituto Jurídico. Está nomeada uma comissão para estudar o modo de resolver o problema; mais ainda não se pôde chegar a uma solução aceitável pelas dificuldades que o caso apresenta”. Volvidos cerca de noventa anos, a verdade é que o caso continua a apresentar tormentosos escolhos.

Não se vislumbra outra maneira de pedir senão pedindo.

Dispomos há muito de um projecto acabado de uma tão formosa quanto moderna biblioteca que o prestigioso arquitecto Siza Vieira esquadrinhou. Um dia colheu-nos, de surpresa, a desalentadora notícia que a verba que lhe estaria destinada se esfumou no meio das turbulências de um certo orçamento de Estado. Mas não se esfumou a nossa esperança. Quero crer que ainda veremos erguer o edifício da Biblioteca da Faculdade de Direito. Quem sabe, com a benfazeja intercessão do Senhor Primeiro Ministro Dr. António Costa.

Por força de uma partitura escrita pelo acaso, esse sorrateiro maestro à frente de uma orquestra de estrelas que só ele domina, dá-se a coincidência de, na altura em que se inaugura a nossa Casa da Jurisprudência, a Faculdade de Direito exibir uma expressão cimeira na magistratura portuguesa. Dela são originários, como professores ou como antigos estudantes, os Senhores Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça, do Tribunal Constitucional, do Supremo Tribunal Administrativo e o Senhor Provedor de Justiça.

SENHORAS E SENHORES

Uma vez que é apanágio dos oradores, gastos por muitas orações, manter em razoado tempo bem-disposto quem os ouve, vou dar, de imediato, polido acabamento ao meu discurso.

O Colégio quinhentista vai assistir à chegada de uma nova e promissora Ordem Trinitária, envergando hábitos jurídicos. Formação prática, investigação e jurisprudência admiravelmente consorciadas juntam-se na esplêndida unidade que é a Faculdade de Direito de Coimbra.

Eis a divisa suprema que não podemos deixar de conclamar de forma sonora, nos diversos sentidos que ela comporta: trindade na unidade e unidade na trindade.

SENHOR REITOR DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

SENHOR PRIMEIRO-MINISTRO DE PORTUGAL

ILUSTRES CONVIDADOS

SENHORES DOUTORES

SENHORAS E SENHORES

A quem vier a frequentar o ressurgido Colégio da Trindade pede-se muito honesto estudo com experiência misturado. É precisamente nesta belíssima Capela que os espíritos jurisprudencialistas se hão-de corporizar e os corpos jurisprudenciais se hão-de espiritualizar, fazendo-se cintilante aos olhos de todos a verdade justa que, nas coisas da vida, deve sempre prevalecer.

É este o voto que o Director da Faculdade de Direito sopra, confiadamente, em direcção ao radioso tempo futuro do Colégio da Trindade. Assim acontecerá.

E até quando, perguntarão, desconfiadas, estas flageladas paredes da Capela do Colégio da Trindade? Para a sua paz íntima, eu tenho de responder já.

Assim será, até Deus envelhecer.

Até Deus envelhecer, assim será.

Dixi.





LEGENDAS E CRÉDITOS DAS IMAGENS



Capa

Fachada principal do Colégio da Trindade,
localizada na Travessa da Trindade

© Nelson Garrido

Páginas 4 e 5

Perspectiva da obra do Colégio da Trindade a partir do Paço das Escolas, durante os trabalhos
(Junho de 2016)

© Vítor Murtinho

Sobre a inscrição, cf. legenda da página 54.

Páginas 6 e 7

O Colégio da Trindade em momento anterior à requalificação, com o Paço das Escolas ao fundo

Páginas 8 e 9

Vista área sobre o Paço das Escolas e o Colégio da Trindade após as obras de requalificação

© Nelson Garrido

Páginas 10 e 11

Perspectivas das obras do Colégio da Trindade, evidenciando a recuperação da Igreja,
assim como a estrutura metálica do edifício e da cobertura
(Junho de 2016)

© Vítor Murtinho

Página 12

Vista a partir do claustro do Colégio da Trindade

© Vítor Murtinho

Página 13

Programa da Sessão Solene de Inauguração do Colégio da Trindade

© PIMC | UC

Página 14

Convite para a Sessão Solene de Inauguração do Colégio da Trindade

© PIMC | UC

Página 15

Pormenor da abóbada da capela-mor do Colégio da Trindade

© Vítor Murtinho

Página 16

Pormenor da entrada para a Sala da Biblioteca do Colégio da Trindade

© Vítor Murtinho

Página 18, em cima

Doutor José Francisco de Faria Costa, Provedor de Justiça, proferindo o discurso na Sessão Solene dos
150 Anos da Abolição da Pena de Morte, que decorreu, no Colégio da Trindade, em 5 de Julho de 2017

© João Rijo Madeira | FDUC

Página 18, em baixo

Dra. Francisca Van Dunem, Ministra da Justiça, proferindo o discurso na Sessão Solene dos 150 Anos da
Abolição da Pena de Morte, que decorreu, no Colégio da Trindade, em 5 de Julho de 2017

© João Rijo Madeira | FDUC

Página 19, em cima

Doutor Rui de Figueiredo Marcos, Director da Faculdade de Direito, proferindo o discurso na Sessão
Solene dos 150 Anos da Abolição da Pena de Morte, que decorreu, no Colégio da Trindade,
em 5 de Julho de 2017

© João Rijo Madeira | FDUC

Página 19, em baixo

Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República, proferindo o discurso na Sessão Solene dos
150 Anos da Abolição da Pena de Morte, a que presidiu, e que decorreu, no Colégio da Trindade,
em 5 de Julho de 2017

© João Rijo Madeira | FDUC

Páginas 20 e 21

Sessão Solene dos 150 Anos da Abolição da Pena de Morte, que decorreu, no Colégio da Trindade, em 5
de Julho de 2017. Ao fundo, Estudantes da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Em
primeiro plano, da esquerda para a direita: Doutor José Francisco de Faria Costa, Provedor de Justiça,
Dra. Francisca Van Dunem, Ministra da Justiça, Doutor Marcelo Rebelo de Sousa,
Presidente da República, Doutor João Gabriel Silva, Reitor da Universidade de Coimbra,
Doutor Rui de Figueiredo Marcos, Director da Faculdade de Direito

© João Rijo Madeira | FDUC

Página 22

Perspectiva da Sessão Solene dos 150 Anos da Abolição da Pena de Morte, que decorreu,
no Colégio da Trindade, em 5 de Julho de 2017, a partir do coro alto da Igreja

© João Rijo Madeira | FDUC

Página 23

Claustro do Colégio da Trindade

© Vítor Murtinho

Páginas 24 e 25

Pormenor da fachada do Colégio da Trindade

© Vítor Murtinho

Página 26

Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República, a assinar o Livro de Honra da Exposição
Condemnados à Pena Última, no final da Sessão Solene dos 150 Anos da Abolição da Pena de Morte

© João Rijo Madeira | FDUC

Páginas 28 e 29

Estrutura metálica no interior das paredes do Colégio da Trindade

© Vítor Murtinho

Página 30

Porta principal do Colégio da Trindade
© Vítor Murtinho

Página 31

Pormenor da abóbada da capela-mor do Colégio da Trindade
© Vítor Murtinho

Página 32

Arquitecto Manuel Aires Mateus,
autor do projecto de arquitectura
© AMA, Aires Mateus

Página 34

Doutor Vítor Murtinho, Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, Dr. António Costa, Primeiro Ministro,
Doutor João Gabriel Silva, Reitor da Universidade de Coimbra, e Arquitecto Aires Mateus, durante a
visita guiada ao Colégio, no final da Sessão Solene de Inauguração, que decorreu em 31 de Outubro de 2017
© João Rijo Madeira | FDUC

Página 35

Doutor Capelo de Sousa, Dr. António Costa, Primeiro Ministro, Doutor João Gabriel Silva,
Reitor da Universidade de Coimbra, e Arquitecto Aires Mateus, durante a visita guiada ao Colégio, no final
da Sessão Solene de Inauguração, que decorreu em 31 de Outubro de 2017
© João Rijo Madeira | FDUC

Página 36

Corredor do primeiro andar do Colégio da Trindade, vendo-se, em baixo, o claustro
© Vítor Murtinho

Página 36

Escadas do primeiro andar em direcção ao claustro
© Vítor Murtinho

Página 38

Vice-Reitor Doutor Vítor Murtinho
© João Rijo Madeira | FDUC

Página 40, em cima

Perspectiva sobre a cobertura do Colégio da Trindade
© Vítor Murtinho

Página 40, em baixo

Janela de um dos gabinetes do Colégio da Trindade
© Vítor Murtinho

Página 41, em cima

Escadas no interior do Colégio da Trindade
© Vítor Murtinho

Página 41, em baixo

Perspectiva da abóbada e das paredes da capela-mor do
Colégio da Trindade
© Vítor Murtinho

Página 42

Jardim do primeiro andar do Colégio da Trindade
© Vítor Murtinho

Página 43

Cobertura do Colégio da Trindade durante as obras de requalificação, evidenciando a estrutura metálica
© Vítor Murtinho

Páginas 44 e 45

Corredor no primeiro andar do Colégio da Trindade
© Vítor Murtinho

Página 46, em cima

Porta de acesso ao claustro do Colégio da Trindade
© Vítor Murtinho

Página 46, em baixo

Perspectiva da Igreja do Colégio da Trindade
em direcção à porta principal
© Vítor Murtinho

Página 47, em cima

Corredor no primeiro andar do Colégio da Trindade
© Vítor Murtinho

Página 47, em baixo

Claustro do Colégio da Trindade
© Vítor Murtinho

Página 48

Vista geral do edifício do Colégio da Trindade
© Vítor Murtinho

Página 49

Igreja do Colégio da Trindade
© Vítor Murtinho

Páginas 50 e 51

Corredores da ala dos gabinetes do Colégio da Trindade
© Vítor Murtinho

Páginas 52

Torre sineira do Colégio da Trindade
© João Rijo Madeira | FDUC

Página 53

Corredor do segundo andar do Colégio da Trindade.
© Vítor Murtinho

Página 54

Inscrição sobranceira a uma porta na zona dos Claustros do Colégio da Trindade. Aí pode ler-se:
Sapientia filiis suis vitam inspirat, com a indicação da fonte (Eclesiástico 4). A citação completa do ver-
sículo, em versão portuguesa, é a seguinte: “A sabedoria inspira a vida aos seus filhos; ela toma sob a sua
protecção aqueles que a procuram; ela precede-os no caminho da justiça”. (Eclesiástico 4, 12)
© João Rijo Madeira | FDUC

Página 55

Doutor Vítor Murtinho, Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, na sacada do Colégio da Trindade,
que se inclina sobre o Mondego e a margem sul da cidade de Coimbra
© João Rijo Madeira | FDUC

Páginas 56 e 57

Pormenor do tecto da Igreja do Colégio da Trindade
© João Rijo Madeira | FDUC

Página 58

Vista da Igreja do Colégio da Trindade, com o retrato de Nossa Senhora da Conceição cedido pela Fundação Rangel de Sampaio
© João Rijo Madeira | FDUC

Página 59

Doutora Ana Raquel Moniz e Doutor Vítor Murtinho, Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, no jardim, durante a visita ao Colégio da Trindade
© João Rijo Madeira | FDUC

Página 60

Janela ao nível do jardim do Colégio da Trindade
© Vítor Murtinho

Página 62

Doutora Ana Raquel Moniz e Doutor Vítor Murtinho, Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, nos Claustros, durante a visita ao Colégio da Trindade
© João Rijo Madeira | FDUC

Página 63

Pormenor do tecto da Igreja do Colégio da Trindade
© João Rijo Madeira | FDUC

Página 64 e 65

Vista do chão para a cobertura, obtida a partir do centro do claustro do Colégio da Trindade
© Vítor Murtinho

Páginas 66 e 67

Doutora Ana Raquel Moniz e Doutor Vítor Murtinho, Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, nos Claustros, durante a visita ao Colégio da Trindade
© João Rijo Madeira | FDUC

Página 68

Porta de acesso à torre da Igreja do Colégio da Trindade
© João Rijo Madeira | FDUC

Página 69

Perspectiva da Igreja do Colégio da Trindade
© João Rijo Madeira | FDUC

Página 70 e 71

Pormenor do tecto e da azulejaria da capela-mor do Colégio da Trindade
© Vítor Murtinho

Páginas 72 e 73

Jardim do Colégio da Trindade
© Vítor Murtinho

Páginas 74 e 75

Escadas e porta de acesso ao claustro do Colégio da Trindade
© Vítor Murtinho

Páginas 76 e 77

Vista aérea sobre o Colégio da Trindade
© Nelson Garrido

Página 78

Pormenor do interior do Colégio da Trindade
© Nelson Garrido

Página 80

Doutor João Gabriel Silva, Reitor da Universidade de Coimbra, discursando na Sessão Solene de Inauguração do Colégio da Trindade, em 25 de Outubro de 2017. Em segundo plano, vêem-se o Doutor Pinto Monteiro e o Doutor Avelás Nunes
© João Rijo Madeira | FDUC

Página 81

Dr. António Costa, Primeiro Ministro, discursando na Sessão Solene de Inauguração do Colégio da Trindade, em 25 de Outubro de 2017. Em segundo plano, surge o Reitor da Universidade de Coimbra, Doutor João Gabriel Silva. Ao fundo, encontram-se os Estudantes da Faculdade de Direito
© João Rijo Madeira | FDUC

Página 82

Doutor João Gabriel Silva, Reitor da Universidade de Coimbra. A cadeira em que se encontra remonta ao século XVIII, tendo gravada a significativa data de 1772
© João Rijo Madeira | FDUC

Página 83

Descerramento da placa no acto oficial de inauguração do Colégio da Trindade, em 25 de Outubro de 2017. Da esquerda para a direita: Doutor João Gabriel Silva, Reitor da Universidade de Coimbra, Dr. António Costa, Primeiro Ministro, e Doutora Ana Abrunhosa, Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
© Paulo Amaral | UC

Páginas 84 e 85

Corredor do Colégio da Trindade
© Vítor Murtinho

Páginas 86 e 87

Perspectiva do Colégio da Trindade, a partir do segundo andar do Colégio de São Pedro, no Paço das Escolas
© Vítor Murtinho

Página 88

Sessão Solene de Comemoração dos 150 Anos da Abolição da Pena de Morte em Portugal, em 5 de Julho de 2017
© João Rijo Madeira | FDUC

Páginas 90 e 91

Claustro do Colégio da Trindade, ao crepúsculo
© Nelson Garrido

Páginas 92 e 93

Início dos trabalhos de requalificação do Colégio da Trindade
© UC

Páginas 94 e 95

Pormenor do tecto da capela-mor do Colégio da Trindade
© João Rijo Madeira | FDUC

Páginas 96 e 97

Doutor Rui de Figueiredo Marcos, discursando na Sessão Solene de Inauguração do Colégio da Trindade, em 25 de Outubro de 2017. Em segundo plano: Doutor Avelás Nunes
© João Rijo Madeira | FDUC

Página 98

Frontispício da obra de Frei Jerónimo de São José, *Historia Chronologica da Esclarecida Ordem da SS. Trindade, Redempção e Cativos, da Provincia de Portugal*, datada de 1789

Página 100

Inscrição tumular do lente António de Azevedo, um dos mais distintos Alunos do Colégio da Trindade
© João Rijo Madeira | FDUC

Página 101

Placas descerradas aquando do acto solene de inauguração do Colégio da Trindade, em 25 de Outubro de 2017
© João Rijo Madeira | FDUC

Página 102

Cartaz da primeira edição do Curso de Jurisprudência, que teve início em Fevereiro de 2018,
coordenado pela Doutora Ana Raquel Moniz
© Ana Paula Silva | FDUC

Página 104

Durante a Sessão Solene de Inauguração do Colégio da Trindade, em 25 de Outubro de 2017.
Da esquerda para a direita: Doutor Avelãs Nunes, Doutor Fernando Aguiar-Branco, Doutor Capelo de
Sousa, Doutor Jorge de Figueiredo Dias, Doutor Casalta Nabais, e Doutor Manuel Porto
© João Rijo Madeira | FDUC

Página 105

Perspectiva sobre a assistência durante a Sessão Solene de Inauguração do Colégio da Trindade,
em 25 de Outubro de 2017
© João Rijo Madeira | FDUC

Páginas 106 e 107

Capelas laterais do lado sul da Igreja do Colégio da Trindade
© Nelson Garrido

Página 108

A Estudante Maria Raquel Ferreira durante a Sessão Solene de Inauguração do Colégio da Trindade, em
25 de Outubro de 2017. Em segundo plano: Doutor António Henriques Gaspar,
Conselheiro-Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Doutor Pinto Monteiro, Doutor Avelãs Nunes,
Doutor Fernando Aguiar-Branco, Doutor Coutinho de Abreu, e Doutor Capelo de Sousa
© João Rijo Madeira | FDUC

Página 109

Dr. António Costa, Primeiro Ministro, e
Doutor Rui de Alarcão, durante a visita ao Colégio da Trindade
© João Rijo Madeira | FDUC

Páginas 110 e 111

Pedra tumular localizada no interior do Colégio da Trindade
© João Rijo Madeira | FDUC

Páginas 112 e 113

Doutor Faria Costa, Provedor de Justiça,
Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República, e Doutor Rui de Figueiredo Marcos,
Director da Faculdade de Direito, com os Estudantes da Faculdade de Direito, após a Sessão Solene de
Comemoração dos 150 Anos da Abolição da Pena de Morte em Portugal, em 5 de Julho de 2017
© João Rijo Madeira | FDUC

Página 114

Entrada (sob o coro alto) da Igreja do Colégio da Trindade
© João Rijo Madeira | FDUC

Página 115

Cruz trinitária que encima a porta principal
do Colégio da Trindade
© João Rijo Madeira | FDUC